



VIRDAESTE

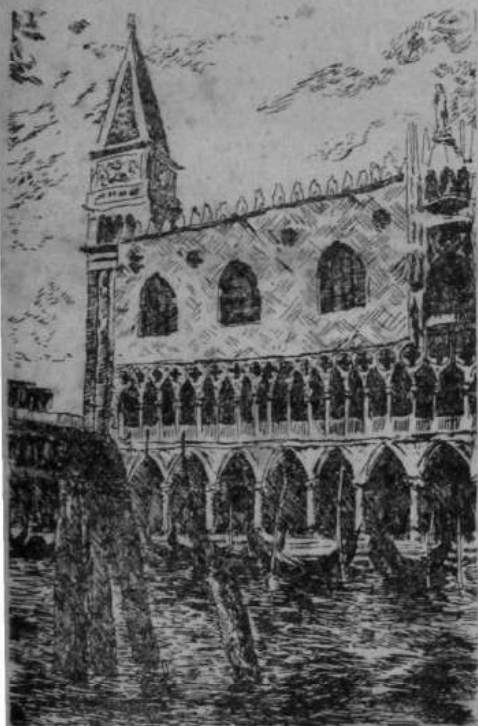


"São os do Norte que vêm..."

Uma Carta e Seis Aguas Fortes

EM TROCA DE ALGUNS CRUZEIROS, ARTISTAS ITALIANOS OFERECEM QUADROS A UM JORNALISTA RECIFENSE — PINTORES COOPERATIVISTAS — A ITALIA VIVA, A ITALIA MORTA, A ITALIA ETERNA

Reportagem de JORGE ABRANTES



Venesa



Roma

Genova, 21 de Junho de 1947. Ilmo. Snr. Esmaragdo Marroquim. R. do Imperador, 346, Recife.

Homens de um continente dirigem-se a um homem de outro continente. Não conhecem o seu destinatário, mas alguém lhes deu a referência a esses europeus, esses filhos de um país atormentado e arruinado pela guerra, enviando o seu apêlo a um brasileiro sabem que o enviam a um filho de um país livre, generoso e que a Providência preservou da grande catástrofe. Outros brasileiros, outros americanos têm recebido cartas de alemães, de austríacos, de tchecos, pedindo auxilio, em nome do mandamento cristão e universal do "amai-vos uns aos outros".

Prezado Senhor. A fim da segunda guerra mundial significava pelo povo italiano tão ator-

mentado a liberação. Somos livres, porém as ruínas ficaram sendo ruínas e hoje todo italiano trabalha para reconstru-

so na face arruinada das suas cidades? O padre Vieira certa vez, em Roma, fez um sermão em que opôs as duas Romas:

a viva e a morta, a de pé e a enterrada, a cabeça e a caveira do mundo... Estando o nosso país (Continua na pág. 2)



Napoles

ir os mais maravilhosos edificios, as igrejas, os monumentos, os tesouros artísticos seculares para que a Itália seja ainda uma vez o berço da cultura.

O português é estropeado mas através da singela linguagem epistolar palpita o drama de um povo. A liberdade veio mas a ruína ficou. Os italianos como que estremeceem ao pronunciar esta palavra: ruína! Eles não têm a pesar-lhe na memória todo um gigantesco passado expres-



Madonina

SUMARIO

Artigos de Evaldo Coutinho, Pe. Luiz do Amaral Mouzinho, Aderbal Jurema, Herólio Borba Filho, Constantino Palósogo, Abelardo Jurema e Maurílio Bruno. Reportagens de Jorge Abrantes e J. Irineu Cabral. Conto de Francisco Julião. Poemas de Murilo Mendes e Léo Ivo. Bibliografia — Tópicos — Desenhos de Nestor Silva, Zulmira Pessoa e L. Teixeira.

TÓPICOS

O CINCOENTENÁRIO DO POETA JOAQUIM CARDOSO



Joaquim Cardoso, por Nestor Silva

Os amigos e admiradores do pernambucano Joaquim Cardoso, ora residindo no Rio de Janeiro, resolveram comemorar o seu quinquagésimo aniversário natalício, ocorrido no dia 27 de agosto, com a tiragem de uma edição de seus poemas que até agora não foram reunidos em livro. Não foram reunidos em livro devido à teimosia negativa do poeta aos amigos e editores que, por várias vezes, pediram os seus originais. Desta vez, porém, sem que o poeta de "Itramataia" desconfiasse, Eustáquio Duarte chefiando um grupo de amigos promete para breve os "Poemas Antigos", ilustrados por outro pernambucano de talento, o pintor e "conteur" Luiz Jardim, em edição da Agr. Os "Poemas Antigos", título do livro, serão prefaciados pelo poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade que irá dizer do inestimável potencial lírico desse velho companheiro de Manuel Bandeira no tempo da antiga "Revista do Norte".

Joaquim Cardoso, engenheiro civil, pintor e poeta, é uma figura pouco conhecida na poesia brasileira. De raro em raro aparecem os seus poemas. Primeiro na "Revista do Norte" e um pouco depois na revista "Momento". Em "Momento", durante 33-34, Cardoso deixou que se publicasse alguns de seus versos como "Poema do homem dormindo" e "Recordação de Itramataia". Recentemente, nesta revista, no seu 6.º número, estampamos uma página de poemas inéditos do cantor dos "Anjos da Paz".

Por isso Manuel Bandeira aparentemente teve razão quando incluiu o Cardoso na sua "Antologia dos Poetas Bissexto". Mas, nós, os seus amigos da província, afirmamos, com o conhecimento mais íntimo do velho companheiro do inesquecível "Café Continental", da rua do Imperador, que Joaquim Cardoso não é bissexto porquanto a poesia, nele, é tão permanente e necessária como o cordão umbilical para os que estão vivendo antes de nascer ou como a água para os peixes. Bissexto pode ser que ele seja quanto à displicente distância, no tempo, para escrever a sua poesia. Os seus poemas são, simplesmente, a forma gráfica do homem-poeta. Nunca precisou receber a visita da chamada inspiração poética porque, nele, a Poesia é a sua própria personalidade. E uma das mais líricas do seu tempo.

"Nordeste", associando-se às homenagens do poeta Joaquim Cardoso, respeite ao amigo que

"Passaram chuvas passaram ventos passaram sombras aladas"

mas continuamos e sempre a admirar

"A visão do mar do alto da Misericórdia de Olinda"

e a amar o poeta que

"...é mais puro que um menino, é anjo."

Dois conferências sobre teatro — A Diretoria de Documentação e Cultura, da Prefeitura Municipal do Recife, publicou em "plaque" duas conferências que o nosso colaborador, sr. Hermilo Borba Filho, pronunciou na Faculdade de Direito do Recife, por ocasião da estreia do "Teatro do Estudante" e na Escola de Belas-Artes de Pernambuco, sob o patrocínio da D.D.C.

Na primeira conferência — **Teatro: arte do povo** — o sr. Hermilo Borba Filho, principal animador do Teatro do Estudante, fez uma apreciação sobre a influência do teatro no desenvolvimento da cultura popular salientando que "há um desvirtuamento bem singular no que se convencionou chamar **profissão teatral**". Situa acertadamente a questão quando afirma não negar "ao profissional o direito de ganhar dinheiro com a sua especialidade, mas fazer do teatro um ganha-pão exclusivamente, em detrimento do lado artístico, é que não está direito".

Em **Reflexões sobre a "Mise-en-Scène"**, o conferencista, que é também autor teatral, depois de fazer um rápido histórico do teatro grego e da evolução da "mise-en-scène" até nossos dias, conclui por dizer que "As novas concepções dramáticas, por conseguinte, deverão ser procuradas levando-se em conta o caráter primordial do ator, tudo o mais girando em torno do intérprete do texto, figura que se projeta sobre o público como a sombra do ator".

Essas duas conferências revelam um novo autor teatral, entre nós, que não ficou entontecido pela sua capacidade criadora. Sente-se nessas dois estudos, em forma de palestra, que o sr. Hermilo Borba Filho é um verdadeiro estudioso da arte teatral e que está seguindo o caminho certo quando, transcrevendo, "as palavras de um filósofo do teatro" — o teatro representa do indivíduo o que há nele de mais profundo e verdadeiro —, declara ser este o pensamento e a compreensão dos que fazem o Teatro do Estudante. Com Hermilo Borba Filho o "Teatro do Estudante de Pernambuco" vem cumprindo o seu "slogan" inicial: "levar o teatro ao povo em vez de trazer o povo ao teatro".



empenhado com todas as suas forças na reconstrução, não acha-se infelizmente na possibilidade de ajudar a categoria dos artistas. E de consequência os tempos não favorecem as organizações de amostras, não estando a povoação empobrecida em condições de comprar objetos de arte.

Efetivamente, os duros tempos não estão para artistas. Há problemas urgentíssimos de recuperação e reorganização material e as necessidades do espírito ficam em segundo plano. Mas...

Nós, os artistas queremos viver e trabalhar, e isso nos tem induzido a incorporar-nos em Cooperativa e nos têm alentado a endereçarmos aos amigos da arte dos Estados vencedores.

Não fossem artistas e não fossem italianos! E artistas e italianos sempre têm amigos em toda parte, mesmo entre (dolorosa ironia da expressão!) os "Estados vencedores". Talvez principalmente nêles.

Queira o Senhor compreender-nos, lhe suplicamos que aceite 6 águas fortes, obras de artistas muitas vezes premiadas e se estas obras obtêm

o seu favor, que as adquira, se não deseja mais pagar, pelos menos por 300 cruzeiros procurando este modo um socorro importante material e moral.

Não é a primeira vez que artistas passam necessidade (passarão fome?). Muitas das grandes obras que hoje guardam os museus e as coleções particulares foram vendidas a preço de vinténs por pobres diábolos que se tornaram gênios.

Para concluir nossa carta, não desejamos referir-nos mais uma vez a grandeza da arte italiana, a devastação, a dor causada pela guerra, a luta encarniçada pelo pão cotidiano: nos referimos somente ao seu coração generoso e somos convencidos que apoiará a nossa petição com magnanimidade.

No entanto, a grandeza da Arte italiana é uma verdade eterna. E move os corações, tanto quanto a desgraça italiana.

Lhe agradecemos antecipadamente a tomada de uma liberdade de oferecer-lhe qualquer execução de trabalho artístico, aceite, pinturas com água, águas fortes sobre

Nas Livrarias

Continua despertando intensa curiosidade as memórias de George Sand que José Olympio lançou em volumes muito bem traduzido pela sra. Gulara Lobato de Moraes Pereira. Os volumes de "História de Minha Vida", são os seguintes: 1.ª) História de uma família de Fontenoy e Morengo; 2.ª) Meus primeiros anos; 3.ª) Da infância à juventude; 4.ª) Do misticismo à independência; 5.ª) Vida literária e vida íntima. Através dessa obra autobiográfica encontra-se, em corpo inteiro, a figura feminina mais discutida das letras francesas.

Do escritor norte-riograndense, Luiz da Câmara Cascudo, a Livraria José Olympio publicou o esperado livro "Geografia dos Mitos Brasileiros". É um trabalho sério de pesquisa de um dos nossos maiores folcloristas, pois o sr. Luiz da Câmara Cascudo é hoje um nome internacional no mundo do folclore sulamericano.

As obras completas do crítico brasileiro Agripino Grieco é mais uma iniciativa vitoriosa da Livraria José Olympio Editora.

A editora Casa do Estudante do Brasil lançou em "plaque" um estudo do sr. Cassiano Nunes, de São Paulo, sobre "O Lustranismo de Eça de Queiroz".

NORDESTE

MENSARIO DE CULTURA

Editado pela Empresa JORNAL DO COMMERCIO S. A.
Redação e gerência: RUA DO IMPERADOR, 468
1.º andar — Recife — Pernambuco

Diretor: Esmaragdo Marroquim
Redator-chefe: Aderbal Jurema
Gerente: Fernando Barros Lima

Número avulso Cr\$ 3,00
Número atrasado Cr\$ 5,00

— Todos os livros enviados a esta revista serão registrados independentemente de crítica assinada.
— Solicitamos permuta com as publicações congêneres.

UMA CARTA E SEIS AGUAS FORTES



Veneza

tema sugerido, ex-libris, retratos, estátuas executadas pelos nossos melhores artistas, a preço modesto.

Apesar de tudo, a cooperativa trabalha. Uma cooperativa de pintores! Porque diabo o nosso Departamento de Assistência às Cooperativas, que ajuda as de milho, feijão, mandioca, não manda uma bolada boa para a Cooperativa Italiana Artista — Piazza de Ferrari, 4/24, Genova, Itália, C. P. 714?...

Novamente agradecemos-lhe os rogamus de enviar-nos a quantia considerada como contra valor das nossas obras ao endereço do nosso amigo Endre Haidany, rua Tabatinguera, 145, São Paulo, por nós legalmente autorizado e se não pudesse satisfazer a nossa pequena demanda, o que nos procuraria mui-

to desagrado, queira enviar também as obras rechassadas ao mesmo endereço.

Evidentemente, esse português é do dicionário. Mas não há dúvida de que os trabalhos ficarão. Como deixar de atender a um apelo tão emocionante?

Antecipando agradecimentos, somos com grande consideração e estima, de V. S. atos Alf. Ferrari. Presidente.

Prazer em conhecê-lo, patricio, filho espiritual de Da Vinci, de Tintoretto, de Correggio!

NON PIEGARE — NÃO DOBRAR MANDRATI

Não foram dobrados. Como a carta dizia, seis águas fortes. Motivos de Itália. De suas madonas. Roma, Nápoles, Veneza. Religião e tradição. Itália viva. Itália eterna.

REPRESENTANTES:

- Estados Unidos (New York): Artur Coelho.
- Rio de Janeiro: José Irineu Cabral
- São Paulo: Asiz Elitimas
- Bahia (Salvador): Livraria Souza
- Parahyba (João Pessoa): Janson Guedes Cavalcanti
- Ceará (Fortaleza): Mário Albuquerque
- Rio Grande do Norte (Natal): J. Gonçalves de Medeiros

A MULHER NA LITERATURA BRASILEIRA

Aderbal Jurema



Maria Julieta Drummond de Andrade, novelista aos 17 anos

mântico Casimiro de Abreu como exemplo "bem transparente" desse lirismo amoroso "mais assunto poético que realmente sentido", na expressão de um outro poeta, o paulista Mário de Andrade.

Ainda agora, através de uma edição de João Condé o colecionador dos "arquivos implacáveis" — está bem à flor da pele o traço forte de masculinidade que domina os tipos mais representativos do ficcionismo brasileiro. No depoimento de 10 romancistas vivos dos mais notáveis (3), somente um deles mencionou como seu tipo preferido, na sua galeria creadora, a figura de uma velha. Desde o Vitorino Papa-Rabo, de José Luis de Régio, até o João Miguel, de Raquel de Queiroz, todos estes escolheram tipos masculinos, os mais virilmente masculinos de seus romances. E se Machado estivesse vivo decidir-se-ia por Capitão ou Quincas Borba? Capitão é, sem dúvida, o tipo mais feminino de toda a nossa literatura masculina.

Outra coisa não se poderia esperar de uma literatura escrita por espíritos de formação patriarcal onde os meninos mimados sublimavam nas letras viris as suas possíveis deficiências físicas de masculinidade.

Os velhos senhores de engenho e fazendeiros entregavam o bastão patriarcal aos filhos mass-grossa, aos fisicamente mais capazes. Os carra-de-anjo, de físico mais delicado, eram encaminhados para os seminários e, mais adiante, para as Faculdades de Direito do Recife e de São Paulo. Delas saíram a maioria dos escritores, dos poetas e dos ensaístas, dos oradores e dos parlamentares do segundo quartel do século passado até quase nossos dias.

A condição da mulher brasileira sempre foi secundária em relação à vida social. O vasto processo de retardamento intelectual que a mulher vem sofrendo através das idades foi, no Brasil do passado, um verdadeiro rôlo compressor sobre a sensibilidade em botão das nossas sinérgias mais ilustres. O filósofo alemão Georg Simmel, estudando o caráter masculino da cultura ocidental, incentiva à mulher a que realize o que os homens não podem realizar. E demonstrou que, na literatura, graças à sua liberdade de pluma, o gênero novelesco é o mais acessível ao temperamento feminino, como no artístico será a música, a dança e, sobretudo, o teatro. (4) Na pobreza insular das manifestações espirituais da mulher brasileira têm sido justamente esses gêneros de manifestação intelectual as suas válvulas de expressão estética. Através do novelesco, a nova geração de mulheres do Brasil começa a superar aquele longo período de patriarcalismo cultural da casa-grande onde — anotou o sociólogo Gilberto Freyre — "o HÍRTO de missa nem sempre se sabia ler". (5) Superar é bem o termo, tendo-se em conta a atual posição social da mulher em comparação com aquela horrorosa situação em que vivia no século XVIII, — ignorantes, beatas e mal vestidas — no depoimento irritado da inglesa Mrs. Kinderley citada pelo autor de "Casa-Grande & Senzala" (6). Ainda no século passado, e mesmo no começo deste século, a maioria das moças brasileiras aprendia a ler o bastante para decorar o catecismo, a escrever o necessário para fazer o rol de roupa usada. De arte, o bordado, o "crochet" e — mais para o sertão — a

almofada de renda. Tudo isso intercalado com lições de piano até à execução de valinhas românticas (ah! o "Conde de Luxemburgo"!) e quando muito chegavam às "mazurkas". Os pais mais exageradamente liberais consentiam nos recitativos, ao som da "Dália", de longas poesias que eram mais histórias narradas em versos do que mesmo poesia.

O sr. Wanderley Pinho, um dos nossos mais fecundos tradicionalistas, na sua obra bem documentada "Salões e Damas do II Império", nos apresenta um quadro inauspeltado e até encomiástico do que eram os nossos salões no século XIX. Justamente nos salões do II Império começou a brilhar, pela primeira vez, o talento feminino vigiado de perto pelos anfitriões da velha nobreza patriarcal. Porisso a mim não me espanta que alguns escritores da época, como Tobias Barreto, inimigo n.º 1 do saloniismo, chegassem a reconhecer que "a infiltração do salão, que é sinônimo da influência da mulher, não sendo perturbada por fatores estranhos, é em todo o caso, uma força civilizatória, um elemento poderoso de vida espiritual". (7) Demonstração eloquente da grande riqueza espiritual da mulher que, mesmo trancada a sete chaves nos "ginécios" patriarcal ou sob olhos severamente vigilantes, conseguia impressionar um

mundo todo poderoso onde tudo se resolvia sem a menor parcela de sua participação intelectual.

No período colonial nem um nome de mulher obteve seu ingresso em nossos compêndios de história da literatura. No Império, a situação pouco mudou. Nem mesmo um movimento sentimental da envergadura da campanha abolicionista conseguiu quebrar as cadeias patriarcal em que viviam acorrentadas a sensibilidade e a inteligência da mulher brasileira. Se nos Estados Unidos, no movimento de libertação dos escravos, surgiu Elizabeth Beecher Stowe com o seu romance panfletário "A Cabana do Pai Tomaz", no Brasil o seu correspondente literário foi um poeta e, sem desaire nenhum, o mais feminino de seu tempo, o mais intimamente viril como homem e como artista: Castro Alves (8).

Em correspondência com o desenvolvimento da sociedade brasileira em bases cada vez mais liberais, a expressão cultural da mulher já se afirma hoje, mais vigorosa na literatura, na música, na pintura, na dança e no teatro. Pode-se citar como exemplo ser uma mulher quem escreve as melhores crônicas em nossos suplementos literários, uma cabeça-chata do Ceará, a romancista Raquel de Queiroz, Raquel de Queiroz, que pare-

ce guardar uma admirável fidelidade ao espírito unitário da mulher ("não somos corpo ou apenas espírito, somos ao mesmo tempo corpo e espírito"), na confissão simplista de George Sand), mesmo assim, ainda não se degraudou do estilo masculino quando acutia ou ironiza. O seu sabroso, artigo sobre Eva Peron, por exemplo, foi escrito num tom patriarcal que entra em conflito com a sua alma de mulher. Isto, aliás, é explicitável deante das deficiências gerais em que se debate o espírito feminino em face da superioridade cultural do homem.

Toda vez que a mulher procura fazer aquilo que os homens já fazem muito bem, ela tomou um caminho intelectualmente errado. A literatura no homem pode desmasculinizar-se, assexualizar-se. Na mulher, onde — na imagem de Simmel — "a periferia está mais estreitamente ligada ao centro e as partes são mais solidárias com o todo", a masculinização do estilo é uma espécie de depravação. Dá-se o fracionamento da idéia porque, pela sua própria natureza feminina, as suas manifestações espirituais não se isolam, como no homem, das suas reações físicas. Impossível esquecer elas mesmas, na trama das letras e das artes, "que todas as manifestações

(Continua na pág. 4)

Na paisagem artística, a literatura brasileira as manifestações do talento feminino têm sido tão escassas que representam pequenas ilhas isoladas nos vários arquipélagos — para me servir de uma classificação freyriana ampliada por Vienna Moog — mais ou menos masculinos que dão expressão à nossa história cultural. Durante três séculos de literatura pouquíssimos nomes femininos conseguiram se destacar nas letras e nas artes; muito menos na prosa do que na poesia, muito mais na música e na dança do que na pintura. Qualquer estudante da literatura, tendo à mão o pequeno mas grandioso compêndio de Ronald de Carvalho, verificará que o poeta de "Toda a América" não registou um só nome de mulher como poetisa, romancista ou ensaísta durante o período colonial e mesmo no Império. E não é só. Quase toda literatura brasileira é masculina não só no seu estilo como também no seu conteúdo. A primeira vista pode parecer uma afirmação pleonástica o sublinhar o caráter masculino de nossas letras, quando, antes, estranhávamos a ausência de nomes femininos em nossas histórias da literatura. No entanto, bem que poderíamos apresentar literatura de caráter feminino em alguns de nossos escritores. Nas letras italianas poucos são os nomes de mulher como autoras, o que não impediu de que aparecessem livros nitidamente femininos e muitos deles completamente assexuados. No Brasil, poucos são os livros femininos ou assexuados, mesmo nos dias atuais. Os livros escritos por mulheres são tão masculinos quanto os outros, ao ponto de ficarmos em dúvida se as autoras existem ou se são meros pseudônimos.

O caráter masculino de nossas letras e de nossas artes encontra o seu fundamento em nossa própria formação histórica. A influência da nossa formação patriarcal no caráter das nossas manifestações artísticas e literárias é um estudo que merece ser aprofundado. O patriarcalismo colonial e imperial, prolongando-se até nossos dias, marcou fortemente a nossa literatura de uma masculinidade de idéias e de temperamento, de expressão e de forma. Daí a quase ausência de um escritor à Wilde, à Oscar Wilde no seu sentido mais puro de ternura estilística. Ternura

que é um traço feminino bem marcante nas obras de alguns escritores italianos, ingleses, franceses e alemães. Os nossos poetas e prosadores influenciados pelas letras francesas do século passado, — letras onde a marca feminina é tão constante — embora tendo como "leit-motiv" de sua imaginação o que chamarei de complexo de ternura feminina, não conseguiram fugir ao seu caráter marcadamente masculino. É certo que houve Macedo, o Macedo das novelas virgínicas tipo "A Moreninha", e José de Alencar com os seus romances aveludadamente selvagens. Mas se Alencar era, pela delicadeza de seu estilo, um tanto feminino, os seus personagens, mesmo a Iracema, são psicologicamente viris, de uma virilidade exagerada nos romances heróicos, tanto quanto foram exagerados os "enrêdos" de seus romances indianistas. Se recuarmos mais um pouco no tempo vamos encontrar o poeta Tomaz Antônio Gonzaga que o sr. Agripino Grieco qualificou de mulherengo "nos hábitos caseiros" e nos "domínios da poesia". (1). Pode-se incluir também Casimiro de Abreu, o "meigo Casimiro" do sr. Grieco, mais patético do que meigo, mas, mesmo assim, de um suave espírito de femininidade em suas poesias.

Os nossos críticos mais agudos sempre alimentaram o preconceito de que a boa literatura é um sinal de virilidade intelectual. Deturparam, através da crítica, o sentido da palavra feminilidade confundindo-a com debilidade. Vítima desta confusão e convicto de que a literatura tinha que ser masculina, o grande José Veríssimo afirmou sem rodeios: "A literatura não é um desporto, nem uma diversão, nem uma atitude, mas o exercício viril da inteligência na representação ou expressão estética da alma humana e da sociedade". (2)

A propósito do complexo de ternura feminina, o sr. Gilberto Freyre, em "Sobrados e Mucumbis" (Editora Nacional, São Paulo, 1936) no capítulo "A mulher e o Homem", explica muito bem essa ternura que era mais um artilhício do sexo "forte" para narcisisticamente dominar o fraco do que uma tendência para a feminilidade. O poeta Manuel Bandeira, citando a observação do sociólogo pernambucano, indica na introdução de sua "Antologia dos Poetas Brasileiros da fase romântica" (Rio, 1937), o ro-



A bailarina Madeleine Rossy h o mar — fotografia inédita de Benício W. Dias

UM DRAMA EM PARIS

Hermilo Borza Filho

Com o lançamento do seu romance *Ratos e Homens em 1937*, John Steinbeck foi aclamado pela crítica como um dos grandes escritores americanos...

Um crítico francês, quando do lançamento da peça em Paris, disse que: 'Pourquoi la pièce tirée de ce merveilleux roman...'

Chamando a atenção para a proximidade dos romances americanos, outro crítico francês — Coindreux — la-

menta que a maioria deles não se lembra de certas regras fundamentais da arte dramática...

George e Lennie, dois vagabundos, estão ligados por uma amizade profunda...

A sobriedade de palavras não impede, antes contribui para a maior intensidade poética...

linchem o amigo, descreve-lhe mais uma vez o sítiozinho que poderiam possuir...

Ratos e Homens é, afinal ra, com a amizade e a luta de contos, um drama das tercos homens...

Lennie — E coelhos! Eu tomo conta deles. Conte como eu vou fazer, George.

George — E eles vão comer, vão comer, com aqueles dentinhos... eu sei como é. Já vi.

E depois a revolta daquela mulher, perdida no meio de tantos homens...

"para além do bem e do mal".

Não há dúvida que os problemas apresentados em Ratos e Homens são daqueles que caracterizam a tragédia dos que cercam...

Lennie — E coelhos! Eu tomo conta deles. Conte como eu vou fazer, George.

George — Vou contar. Você vai, com um saco, pra plantação de alfafa...

Lennie — E eles vão comer, vão comer, com aqueles dentinhos... eu sei como é. Já vi.

Lutando, com a sua arte, por um mundo melhor, Steinbeck expõe a injustiça de que são vítimas os pobres trabalhadores rurais...

O escritor não procura solucionar nenhum problema, o que seria falso...

John Gasener, estudando a obra de Steinbeck, chama a atenção para a semelhança dos seus assuntos com os de Gorki...

Pode parecer estranho que se queira aproximar um dramaturgo do mar...

O tema de Ratos e Homens, originado do fragmento daqueles versos de Burns...

Depois de lançar um poeta do povo como Lorca, o Teatro do Estudante vai apresentar um poeta da terra como Steinbeck...

A MULHER NA LITERATURA BRASILEIRA

(Continuação da pág. 3)

da mulher, todas as exteriorizações e objetividade de sua essência aparecem...

deria fazê-lo porque, como sugere Simmel, "se pudéssemos fixar em linhas ornamentais os movimentos das verdadeiras dançarinas..."

Estas considerações me foram provocadas pela leitura de uma novela escrita por uma jovem de 17 anos...

mente feminino. De um talento corajosamente feminino num gênero onde...

A novela que Maria Julieta, mal saída dos 17 anos, escreveu, além do interesse novelesco...

Nas indicações literárias naturais numa estroante de 17 anos, Maria Julieta Drummond de Andrade deu um grande passo para as mulheres de sua geração...

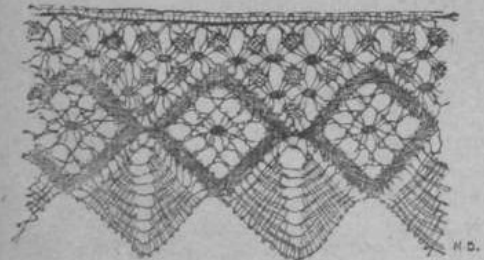
Julietta encontrou também o caminho seguro da literatura brasileira genuinamente feminina...

- (1) — Agrippino Grieco — Evolução da poesia brasileira — pg. 9 — ed. J. Olympio — Rio, 1947.
(2) — José Veríssimo — Letras e Literatos — pg. 16 — ed. J. Olympio — Rio, 1936.
(3) — Dez romancistas falam de seus personagens — edições Condé — Rio, 1947.
(4) — Georg Simmel — Cultura feminina e otros ensays trad. Espasa - Calpe - Argentina, 1944.
(5) — Gilberto Freyre — Casa

- grande & Sensala — pg. 389, 1.ª ed. — Mala & Schmidt — Rio, 1934.
(6) — G. Freyre — ob. cit., pg. 390.
(7) — Wanderley Pinho — Saibas e damas do Il Império — Introdução, pg. 13 — ed. Martins (2.ª) São Paulo, s/d.
(8) — Escreveu Afrânio Peixoto na introdução ao 2.º volume das Obras Completas de Castro Alves: 'Recentemente, n.º um grande cenário, na Sorbona, em Paris, o Professor Georges Le Gentil proclamava que a América contribuiria com duas obras para a literatura universal: a Cabana do Pai Thomas' e de Beecher-Stowe e a

- Cachoeira de Paulo-Afonso, de Castro Alves. Pg. 21 — II vol. Cia. Editora Nacional — São Paulo, 1942 (2.ª edição).
(9) — G. Simmel — ob. cit. pg. 110.
(10) — G. Simmel — ob. cit. pg. 33.
(11) — Edição da J. Olympio — Rio, 1946.

P. S. — Depois de escrito este artigo encontrei, numa banca de jornais e revistas, o Recife, uma revista do Rio — 'Mulher Magazine' — dirigida, administrada e escrita por mulheres...



Bico de renda de almofada (Arte feminina do nordeste)

COOPERATIVA Banco do Nordeste LIMITADA. Sede: RUA DO IMPERADOR N.º 310. Endereço Telefônico: 'BANORDESTE' — TELEFONE N.º 6290 RECIFE — PERNAMBUCO. EMPRÉSTIMOS — DECONTOS — DEPÓSITOS. Seção de ADMINISTRAÇÃO DE BENS com carteira especializada em LOTEAMENTO e VENDA de TERRENO urbano. ALCIDES MARROQUIM Presidente, WALDEMAR CARDOSO Gerente.

A Infancia de Eça de Queiroz

Constantino Paleólogo

O sr. António Cabral descobriu uma nota escrita por Camilo Castelo Branco, à margem da página 157 do livro *A Geração Nova*, de José Sampaio (Bruno), que diz o seguinte:

"Eça nasceu filho ilegítimo. Foi dado clandestinamente a uma ama de Vila do Conde. Ali esteve até aos 6 ou 7 anos, sem conhecer os pais que o chamaram a si depois de casarem tendo outro filho. Eça foi sempre o menos querido dos seus irmãos, e também o menos amável com os pais".

Com efeito, Eça de Queiroz foi o fruto dos amores ilegítimos de José Maria d'Almeida Teixeira de Queiroz e de D. Carolina Augusta Pereira de Eça. Nasceu na Póvoa de Varzim, em 25 de novembro de 1845 e foi entregue imediatamente "aos cuidados de um modesto casal de Vila do Conde, o do alfaiate António Fernandes do Carmo, casado com a costureira Ana Joaquina Leal de Barros. Foi aos cuidados desta costureira que Eça de Queiroz viveu a sua primeira infância. Não conheceu carinhos maternos numa época tão importante da vida; o seu espírito infantil não se formou dentro do delicado ambiente do lar em que se nasce. Eça foi sempre um ser frágil e doente. Palavra sobre ele, desde o seu primeiro dia de vida, o espectro da tuberculose, a doença que o haveria de vitimar cinquenta anos mais tarde em Paris. Com o organismo assim predisposto, apresentava uma grande sensibilidade, mesmo doentia. É fácil imaginar essa criança de aspecto doente, tímida, recolhida, mas em cuja pequena alma infantil já se debatia uma certa incompreensão da vida. Devia notar, desde cedo, que a sua vida era diferente da das outras crianças. Enquanto estas tinham pai e mãe com que viviam, passava-se com ele situação diversa. Sua mãe visitava-o algumas vezes às ocultas. Compreendemos o profundo carinho com que o não abraçava e estas cenas mais acentuavam a sua infantil incompreensão do mundo". (Eça de Queiroz — *O Seu Drama e a sua Obra* — Antero Vieira de Lemos).

Quatro anos depois do seu nascimento, no dia 3 de setembro de 1849, os pais do romancista contraíram matrimônio. Saindo de Vila do Conde, Eça foi morar em Verdémilho, no conselho de Aveiro, em casa da avó, D. Teodora Joaquina de Almeida Queiroz. O avô, Joaquim José de Queiroz, faleceu em 1850. Pouco depois vai para a casa paterna.

Aqui temos, portanto, a origem do romancista e os seus primeiros anos de vida. A primeira circunstância importante é o seu nascimento ilegítimo e a sua vida em casa do alfaiate e da costureira. Pode parecer, à primeira vista, que essa união ilegítima fosse de uma paixão verdadeira, incapaz de resistir à proibição do pai de D. Carolina, um velho coronel. Entretanto, a carta que o pai de Eça escreveu por ocasião do seu batismo, destrói essa hipótese. É, seguramente, uma carta estranha e um tanto cruel. Ficou arquivada no livro de registos e a transcrevemos na íntegra:

"Senhora:
"Ponte do Lima, 18 de novembro de 1848.

"Recebi carta de meu pai, que novamente recomenda a criação de meu filho, e se me oferece para mandá-lo criar no Porto, em companhia de minha família, quando a senhora n'isto convenha. Espero pois a sua resposta para n'essa inteligência escrever a meu pai.

"Ele me recomenda igualmente — e eu também o desejo — que no Assento do Baptismo se designe ser meu filho, sem todavia se anunciar o nome da mãe. Isto é essencial para o destino de meu filho, e para que no caso de se verificar o meu casamento consigo — o que talvez haja de acontecer brevemente — não seja preciso em tempo algum justificação e filiação. Espero se ponha ao nosso filho o meu, ou o seu nome conforme deve ser.

"Adeus — acredite sempre nas minhas intenções — e agora mais do que nunca. Queiroz".

Causa-nos estranheza que um homem escreva à mulher que possuía legitimamente e da qual houve um filho, tratando-a por "senhora" em lugar de "querida" ou qualquer outro termo afetivo. As constantes referências ao pai, "que novamente recomenda a criação de meu filho e se me oferece para mandá-lo criar no Por-

to" e "ele me recomenda igualmente", etc., são bastante significativas. Escreve ainda: "e para que no caso de se verificar o meu casamento consigo — o que talvez haja de acontecer brevemente". Ora, no caso quer dizer talvez, é possível, pode ser que eu me case, isto é, se as circunstâncias me obrigarem, eu casarei, o que no entanto, talvez haja de acontecer brevemente. **Haja de acontecer**, isto é, provavelmente eu serei forçado a casar. Se tais deduções, como parece, estão certas, ele não desejava casar e só o fez por imposição alheia, do seu pai que lhe "recomendava" o casamento. Eça, portanto, não poderia ser agradável nem ao pai nem à mãe, pois era a encarnação viva do erro de ambos. E isso justifica a nota final de Camilo, corroborada por José Luciano de Castro, "que muito bem conheceu Eça de Queiroz, tratando-o sempre por José Maria e por tu, sem ter notícia da nota de Camilo, confirmava o que dela consta, acerca dos sentimentos para com o filho, do pai do autor de "Os Maias".

Esse triste início de vida pode ser facilmente reconstituído. Depois de viver cerca de quatro anos em casa de gente desconhecida, de condição modesta, Eça vai morar em casa da avó e em seguida na dos pais. Na casa do alfaiate e da costureira era um estranho, filho de outros. Dinte dos amigos, eles certamente murmurariam: "é filho natural de fulano e de sicrana". E perguntariam de quando em



Eça de Queiroz

vez: "então, os pais dele casam-se ou não se casam?" Tais palavras seriam ouvidas pelo menino, que as gravaria de modo indelével no coraçãozinho frágil, trazendo-lhe os primeiros sofrimentos. Já na casa da avó teria sido recebido secamente, com altivez, porque, pobre dele, era um fruto do pecado. Na casa dos pais, posteriormente, sua posição deveria ser demasiado esquelética. Casados há tão pouco tempo já tinham um filho daquele tamanho? Podemos imaginar o pequeno José Maria escondido quando chegava alguma visita de certidão, a fim de evitar perguntas indiscretas. Porque depois do casamento a família tornou-se respeitável, séria, e somente havia uma criaturinha que, com a sua simples presença, destruiu irremediavelmente toda aquela aparência de circunspeção: o magro José Maria. Ali estava ele, a encarnação de um momento de fragilidade, de desejo, de irreflexão — não podia ser querido, não podia ser estruído, tinha que ser suportado. Tais fatos marcam fundamentalmente a alma do romancista, formando-lhe um terrível complexo, que seria o responsável por quase todas as suas "idéias" posteriores. Com efeito, como acreditar nas virtudes femininas se a sua mãe, aquela criatura doce e carinhosa, ela mesma errara? Como crer na respeitabilidade dos homens se o seu próprio pai, com aquilo todo grave e sério, também errara? Como acreditar na bondade das velhas senhoras se a sua própria avó o recebera tão secamente? Apenas uma pessoa escapava, incólume e superior, capaz de manter a boa chama no coração

do pequeno José Maria — o avô. Nota um dos seus biógrafos: "Ainda conheceu o velho avô paterno. Sendo Eça de Queiroz uma criança de grande emotividade, vivendo mais com a imaginação do que com os folgores infantis que o seu organismo doente não lhe permitia, ele devia exultar ao ouvir do velho desembargador aquelas maravilhosas histórias de guerras, tão queridas dos seres frágeis e doentes". Mas o avô morreu e essa boa chama acesa por ele, demoraria muitos e muitos anos para despertar e transformar-se em fogueira. O lugar do avô foi tomado pelas irmãs. As pequeninas tornaram-se o seu maior afeto, o objeto das suas maiores ternuras. Mas, num organismo como o seu, animado por uma imaginação como a sua, reunida à doença e aos poucos afagos que recebia, essa intimidade fez surgir no subconciente um impulso incestuoso. Tal impulso, rechaçado violentamente, incapaz de passar à consciência por um momento sequer, veio a ser a sua grande chaga íntima, o motivo obscuro de todos os seus romances de "criação espontânea".

Vítima de um amor impossível, de um desejo irrealizável, do qual nem ele próprio tinha consciência, nem sabia que existia, passou a agir em função desse impulso rechaçado, como escritor. A finalidade de sua obra de romancista será satisfazer o desejo reprimido, lutando desesperadamente para alcançá-lo, de todas as maneiras possíveis. Desencadeou-se dentro de sua alma a luta gigantesca entre o irmão que deseja e o irmão que ama e protege. Muito tempo levará para que o segundo vença o primeiro, mas essa vitória do espírito sobre a matéria será realizada ampla e seguramente.

A satisfação do impulso incestuoso irá se processando progressivamente através de seus romances, até atingir a realização plena n'Os Maias e só depois, na "Hustria Casa de Ramires", predominará o irmão que protege. A zombaria da personalidade paterna e da secura da avó cessarão após algum tempo. Quanto ao avô, sua figura adquirirá cada vez maior vulto, representando a pureza de Eça de Queiroz que emerge dificilmente das cadeias sensuais que o prendiam, até dominar por completo toda a sua obra.

Esse impulso incestuoso provocou, no autor, uma obsessão erótica que se observa até na concepção da natureza. "E a chuva e o vento adjetivados de lascivos, as nuvens e as árvores dotadas de sensualidade".

No muito que se escreveu sobre o romancista, não há uma só palavra que demonstre a existência de um afeto sólido entre o mesmo e a sua família. Como vimos, as circunstâncias de sua origem não o tornavam muito querido dos seus. Depois, homem feito, começou a escrever livros que seriam, forçosamente, proibidos às suas jovens irmãs.

Coimbra, como nota Antero Vieira de Lemos, foi a sua primeira fuga psicológica. Ser-lhe-iam imensamente gratos aqueles anos que ali passou — é por isso que os recorda e oculta a sua dolorosa infância. Quase todos os seus livros começam pela evocação da vida estudantil e a descrição dos tipos que mais o impressionaram, como Antero do Quental. Nessa época viveu inteiramente pela contemplação, voltado para dentro de si mesmo e, se porventura rabisou as suas primeiras páginas "evocativas", destruiu-as posteriormente.

Sua segunda fuga psicológica foi a viagem ao Oriente. De Coimbra e do Oriente extrairá inexgotáveis temas para os seus livros, pois, saindo de Portugal — ampliação do ambiente familiar — saía de seus próprios problemas íntimos, libertava-se da sua agitação subconciente.

Thomas Mann explica de modo bastante sugestivo a influência psíquica exercida pela viagem: "Duas jornadas de viagem afastam o homem — e com muito mais razão o jovem que não estendera senão umas poucas raízes na existência — de seu universo cotidiano, de tudo quanto ele considerava como seus deveres, interesses, preocupações, esperanças; afastavam-no muito mais do que poderia imaginar no coche que o conduzia à estação. O espaço que, girando e fugindo, interpunha-se entre ele e seu ponto de partida, desenvolvia forças

que se imaginam, comumente, reservadas ao tempo. De hora em hora, o espaço determina transformações interiores, muito semelhantes às provocadas pelo tempo, mas que, de algum modo, o sobrepassam. Assim como o tempo, provoca o esquecimento; mas faz-lo despreendendo a personalidade do homem de suas contingências, transportando-o para um estado de liberdade primitiva; pode mesmo fazer do pedante, ou do burguês, de um golpe, uma espécie de vagabundo. O tempo, segundo se diz, é o Lethes. Mas o ar das distâncias é uma bebida semelhante, e, se seu efeito é menos radical, é, em compensação, muito mais rápido".

Eça de Queiroz, de fato, voltou outro homem, com idéias muito diferentes das do autor das "Proas Bárbaras". É a noção inconciente do bem psíquico que lhe fizera aquela viagem, talvez tenha determinado a escolha da carreira diplomática, que o afastaria de modo permanente da família, de Lisboa e de Portugal. Porque, sem dúvida, para os temperamentos como o dele, a cidade é uma projeção do lar e a Pátria uma projeção da cidade. Não podendo odiar a família, odeia a cidade e a Pátria. Enquanto perdurarem os seus recalques, perdurará a aversão pela família, pela mulher, por Lisboa e pela Pátria. Depois, entretanto, que consegue satisfazer seus impulsos reprimidos, volta a amar a família e a Pátria. São fenômenos que se processam com uma regularidade singular e convincente.

"Proas Bárbaras" pertencem à fase imitativa. Todos os artigos e folhetos que a compõem, são reminiscências de leituras e de seus autores prediletos. Num deles, entretanto, surge, com muita clareza, o realce do amor incestuoso impossível. É nas "Notas Marginais":

.....d'este lado do rio
.....o namorado,
E a moça dos olhos pretos
.....do outro lado.

Mas o rio era profundo,
Não se podiam juntar.
Nunca o sol encontra a lua,
Tal andava aquele par.

.....flores
.....á água iam dar;
.....os beijos
Ficavam todo no ar.

A moça.....
Disse adeus ao namorado;
E foi.....
.....bandas do povoado.

Ele ficou amarelo,
Como a vela dum altar.
Mas se o rio.....
Não se podiam juntar.

Essas "Notas Marginais", das quais transcrevemos "as frases interrompidas de uma trova à Bernardim Ribeiro", foram o primeiro trabalho de Eça, e datam de março de 1866. Como se vê, a primeira produção do autor evidencia, de modo crô, o seu recalque. Aqui ainda não há tentativa de libertação, mas apenas a fixação do seu problema: "d'este lado do rio o namorado e a moça dos olhos pretos do outro lado. Mas o rio era profundo, não se podiam juntar. Nunca o sol encontra a lua, tal andava aquele par". Os dois amantes, portanto, estavam separados por um rio profundo — os laços do sangue — e jamais se poderiam juntar, como o sol e a lua. Há, na última quadra, uma fugitiva esperança: "Mas se o rio..." É uma esperança tão longínqua e tão impossível que não pode ser formulada senão por reticências.

Antes de poder iniciar as tentativas de satisfação do impulso incestuoso, Eça devia derrubar a censura moral que lhe obstava o caminho. A luta entre essas duas poderosas potências psíquicas — O Id e o Super-Ego — se processa subconcientemente, sem que o conciente perceba mais que os seus reflexos. Coimbra foi um poderoso agente demolidor da censura do romancista que, ouvindo as idéias arroja-

A IGREJA e o CORPORATIVISMO

Pe Luiz do Amaral Mousinho

Emanuel Kant, o agnóstico filósofo de Königsberg, jamais talvez pensou que a sua filosofia das aparências fenomenológicas, anti-nomênicas ou anti-substanciais, chegasse um dia àquela eclosão grotesca e barbara do materialismo econômico de Marx e Engels, através de Hegel e Feuerbach. Parece-nos mesmo inacreditável que homens de responsabilidade e de pensamento, que deviam conhecer um pouco de psicologia intuitiva e de história, ousassem afirmar que todas as atividades do homem, — que na definição de Feuerbach "é aquilo que ele come", — sem excetuar as mais nobres e sublimadas, como sejam a religião, a arte, a cultura e o direito, exclusiva e ferreamente dependem das condições econômicas da produção, que lhes são a causa total e única.

Afinal de contas, outra coisa não poderíamos nós esperar de homens que começaram a filosofar assassinando a lógica, assassinando a metafísica, assassinando a psicologia e assassinando a Ética. Assassinada estava também a pessoa humana, como substância psicofísica, inteligente e livre. Para Marx, assim como para Feuerbach, o homem — pessoa, este "eu" de cada um de nós, é apenas uma faceta, um instante fugitivo do único ser que é a matéria em evolução, assim como para Hegel ele é tão somente um fugaz e impessoal pensamento pensado do espírito que é a realidade única, o pensamento pensante, através da célebre tríade: — tese, antítese e síntese. E é que se nas antilhas ainda mais inconcebível é saber que as grandes Universidades acadêmicas do Velho Mundo abriram e ainda não fecharam suas portas a semelhantes aberrações da natureza! E que, para eles, Kant conseguira destruir, revolucionar o conceito vulgar, socrático e tradicional da verdade, que já não é a conformação da nossa inteligência com o mundo noumênico, ontológico ou extramental. O conhecimento já não é uma apreensão das coisas, mas uma função totalmente subjetiva e criadora das mesmas, segundo formas inatas, a priori. Desaparecidos os seres, negada a inteligência, destruída a personalidade do homem, surgem os mitos contraditórios que povoam as filosofias subjetivistas e excêntricas do século XIX. Marx recebeu de Hegel a contradição, — que para nós é o absurdo supremo — como a lei primária a reger a evolução, o dever do seu mito, que é a matéria. O Capital, a Burguesia, o Capitalismo foi a tese; contra ela surge o Trabalho, o Proletariado como antítese; fatalmente virá a grande síntese, a idade marxista, o socialismo! Na Rússia dos nossos dias está sendo feita a experiência desta síntese fatal; e nós sabemos que ela tem sido arremessada com sangue, defendida com o fuzil e apregoada com a mentira! "Diktatur der Proletariat" — "Ditadura da mentira", é o título que o ferreiro marxista W. Schlämm dá ao livro em que conta ao mundo as decepções que teve ao visitar a Rússia (Zuerich, 1937).

Outra, muito outra é a posição da Igreja. Não somos monistas. Não somos subjetivistas. Não somos fenomenistas. Não somos anti-personalistas. Não somos contraditórios e por isso não somos evolucionistas. Defendemos a substancialidade da pessoa humana e sua liberdade moral, base de toda ordem jurídica. Rejeitamos energicamente todo fieri, toda evolução, todo dever, todo existencialismo que não repouse no "mistério metafísico" (a expressão é de Gouhier) da substância que permanece. As condições econômicas, assim como outros muitos fatores podem influir no homem, não podem, — como a História e a Psicologia o atestam, — totalmente, governá-lo ou despersonalizá-lo. Enquanto pessoa, senhor conciente e livre dos seus atos, ocupa o homem o centro do universo sensível, sendo-lhe a causa final próxima. Consequentemente, a ordem econômica existe em função, em benefício, a serviço da pessoa-humana e não o contrário, conforme ensina o materialismo histórico. Todos os Romanos Pontífices, principalmente de Leão XIII até os nossos dias, insistentemente proclamam esta verdade nos mais solenes documentos, como reza a "Rerum Novarum", a "Quadragesimo Anno" e a "Divini Redemptoris". Para não ser prolixo, citarei apenas algumas palavras do santo e atual Pontífice, Pio XII, na sua mensagem radiofônica do Natal de 1952: "Origine e scopo essenziale della vita sociale vuol essere la conservazione, lo sviluppo e il perfezionamento della persona umana" (1). De modo todo especial a Igreja reprova esta teatralização de erros que são o Capital como tese, o Trabalho como an-

títese visceralmente inimiga e contraditória, e o Marxismo ou o Socialismo como necessária e desejada síntese. "O erro capital na presente questão, assim Leão XIII na "Rerum Novarum", é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem em duelo obstinado. Isto é uma aberração tal, continua o mesmo genial Pontífice, que é necessário colocar a verdade na doutrina contrariamente oposta, porque, assim como no corpo humano, os membros, apesar da sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, de modo a formarem um todo exatamente proporcionado e que se poderá chamar simétrico; assim também na sociedade as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente num perfeito equilíbrio. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital" (2).

O Papa da "Quadragesimo Anno", depois de expor a mesma luminosa doutrina, assim conclui: "Deve ser este, pois, o primeiro fim, este o esforço, quer do Estado, quer dos melhores cidadãos: por último as competições das duas classes opostas, despertar e promover uma cordial cooperação das várias profissões dos cidadãos. A política social, pois, envidará todos os esforços para reconstituir as mesmas profissões, visto como a sociedade humana se acha presentemente em um estado violento, portanto instável e vacilante, pela razão principalmente que se baseia sobre classes de tendências diferentes, opostas entre si e propensas a lutas e inimizadas" (3).

O texto citado não podia ser mais incisivo nem mais profundo e doutrinar. Um pouco mais adiante, prossegue o imortal Pontífice do Corporativismo: "Outra coisa ainda deve ser procurada, que muito se liga com a precedente. Como a unidade da sociedade humana não pode ser fundada na oposição de classe, assim a reta ordem da economia não pode ser entregue à livre concorrência das forças" (4).

Temos aqui a mais cabal e peremptória condenação do liberalismo econômico, que a trágica filosofia do capitalismo. Portanto, a doutrina da Igreja tende à colaboração e à paz que é fruto da justiça e da caridade. Sem este espírito corporativo, nada conseguiremos, como sabiamente acentuou o sábio e santo Pio XII na alocução solene de 20 de fevereiro de 46, dirigida aos Cardeais. Eis suas palavras: "A assim chamada ordem interna quase que se reduz a uma simples trégua entre os vários grupos, com a continua ameaça de rompimentos do equilíbrio a cada variação quer dos interesses em jogo, quer da proporção entre as respectivas forças" (5). Notemos porém que assim como a Igreja reprova a luta de classes, assim também reprova os fatores desta luta: o Capitalismo como filosofia patronal e o Marxismo como filosofia proletária. O Capitalismo representa o mito do ouro, enquanto o ódio, a revolução é o mito do marxismo. São dois abusos, ambos criminosos, da liberdade humana. E por isso ambos terminam sacrificando, esmagando a própria pessoa humana.

No regime capitalista busca-se o dinheiro pelo dinheiro, e não em função da pessoa; e esse dinheiro, que, cada dia vai se tornando anônimo, sem pátria, internacional, acaba por esmagar o próprio capitalista, sem lhe ter dado felicidade, sem lhe ter saciado a ganância, sem lhe haver oferecido paz e tranquilidade ao coração azinhavado. No marxismo, o ódio, o desamparo, a vingança, antes de matar, animalizam o homem que, na sua filosofia, já é menos do que animal, porque simples parcela da matéria em evolução. No célebre "Mani-

ifesto Comunista" de 1847, Marx e Engels antes de lançarem ao mundo seu grito de combate, escreveram estas aterradoras palavras: "Os comunistas não se rebaixam a dissimular suas opiniões e seus fins. Proclamam resolutamente que seus fins não poderão ser atingidos sem a derrubada violenta de toda a ordem social atual. Que as classes dominantes tremam à ideia de uma revolução comunista" (6). Nem menos tenebrosas foram em 1920, no III Congresso da Juventude Comunista, as palavras do próprio Lenine: "Em uma palavra, a luta do proletariado está bem longe de terminar com a expulsão do Tzar, dos proprietários e dos capitalistas, porque é então que começa precisamente a vez do regime que nós chamamos de ditadura do proletariado... A luta de classes continua e nós devemos subordinar tudo às exigências desta luta... A moral comunista é aquilo que serve para esta luta, é aquilo que reúne todos os trabalhadores contra todas as espécies de destruidores e contra todas as espécies de pequena propriedade, porque a pequena propriedade dá a um indivíduo o que pelo contrário foi produzido pelo trabalho de toda a sociedade" (7). Ao satânico brado de Marx: "Proletários de todos os países, uni-vos", a Igreja responde: homens de todas as classes e profissões, uni-vos! Uni-vos dentro das associações profissionais dotadas do verdadeiro espírito de colaboração, dentro da justiça social e da caridade. Uni-vos à sombra da autoridade econômico-profissional que deve ser diversa da autoridade política do Estado. Uni-vos paulatinamente, metódicamente e prudentemente em associações ou sindicatos locais, depois em federações e confederações regionais até formardes a Corporação de âmbito nacional, cujos atos serão assistidos, referendados e defendidos pelo Estado em vista do bem comum geral. Não posso omitir aqui um trecho do argüíssimo Pio XI na encíclica "Divini Redemptoris": "Na mesma Nossa Encíclica demonstramos que os meios para salvar o mundo atual da triste ruína em que nos submergiu o liberalismo moral, não consistem na luta de classes e no terror, nem tão pouco no abuso autocrático do poder estatal, senão na penetração da justiça social e do sentimento de amor cristão na ordem econômica e social. Demonstramos como uma sã prosperidade deve ser reconstruída conforme os princípios exatos de um sã corporativismo que respeite a devida hierarquia social e como todas as corporações devem unir-se em uma harmoniosa unidade, inspirando-se no bem comum da sociedade". Isto no n.º 32 do referido documento. Mais adiante, no n.º 54, pondera ainda o genial Pontífice: "Se se considera o conjunto da vida econômica — como temos já destacado em Nossa Encíclica "Quadragesimo Anno" — não se poderá obter o reinado, nas relações econômico-sociais, da mútua colaboração entre a justiça e a caridade, senão por meio de um corpo de instituições profissionais e inter-profissionais, sobre bases solidamente cristãs, coligadas entre elas e que constituam, sob diversas formas e adaptadas aos lugares e circunstâncias, o que se chama: a Corporação". Um pois é o sindicalismo corporativista, de espírito construtor, de colaboração, de justiça e de caridade entre Capital e Trabalho; e outro é o sindicato marxista, soeirão, destruidor, a serviço do ódio, da luta e da vingança. Sem ordem e disciplina corporativa que irmane e reprime os excessos quer do Capital, quer do Trabalho, ficará nossa economia à mercê das crises de infra e super-produção, à mercê da ganância e da concorrência desenfundadas, à mercê da voracidade dos "tubarões" e das revoltas das massas sem defesa, oferecendo base psicológica para a aceitação do comunismo internacional. É este o quadro atual da vida econômica dos Estados Unidos e de nossa pátria também. Como re-

sultado teremos que admitir e até mesmo louvar esta desprimorosa intervenção do Estado na vida econômica do país, ora por intermédio das comissões de tabelamento, ora por meio de institutos e associações anuais, chamadas autárquicas, ora simplesmente pela polícia de rua. Nesta altura difícil nos será compreender o que acerca da nacionalização das empresas escreveu o atual Pontífice, em carta de 10 de julho do ano passado (1946) endereçada a Charles Flory, presidente das "Semanas Sociais" de França: "Un esprit communautaire de bon aloi doit donc informer les membres de la collectivité nationale, comme il informe naturellement les membres de cette cellule-mère qu'est la famille. C'est à cette condition seulement qu'on verra prospérer les grands principes de liberté, d'égalité et de fraternité, dont veut se réclamer les démocraties modernes, mais qui, sous peine des pires contrações, doivent être entendus, cela va sans dire, comme les entendent le droit naturel, la loi évangélique et la tradition chrétienne, qui en sont à la fois-et eux seuls — les inspirateurs et interprètes authentiques. Cette remarque s'applique, par exemple, au cas particulier qui vous intéresse en ce moment: la nationalisation des entreprises. Nos Prédecesseurs et Nous-même avons plus d'une fois émis des vœux en faveur de la nationalisation des entreprises. Or, il est pourtant évident que, au lieu d'atteindre le caractère mécanique de la vie et du travail en commun, cette nationalisation, même quand elle est licite, risque plutôt de l'accentuer encore et que, par conséquent, le profit qu'elle apporte au bénéfice d'une vraie communauté, telle que vous l'entendez, est fort sujet à caution. Nous estimons que l'institution d'associations ou unités corporatives, dans toutes les branches de l'économie nationale, serait bien plus avantageuse à la fin que vous pourriez, plus avantageuse en même temps au meilleur rendement des entreprises. En tout cas, cela vaut certainement partout où jusqu'à présent, la concentration des entreprises et la disparition des petits producteurs autonomes ne jouaient qu'en faveur du capital et non de l'économie sociale. Aucun doute d'ailleurs que, dans les circonstances actuelles, la forme corporative de la vie sociale et spécialement de la vie économique favorise pratiquement la doctrine chrétienne concernant la personne, la communauté, le travail et la propriété privée" (8).

Traçando-se de assunto tão grave e sério, tentemos recordar em alguns itens os princípios doutrinais e não técnicos, agnéticos "princípios exatos de um sã corporativismo" de que nos falou Pio XI. São mais ou menos os seguintes:

1.º — O homem tem o direito de fundar associações econômico-profissionais, independentemente do Estado, sempre que as mesmas se mantenham dentro da honestidade dos fins e meios e não contrariem o bem comum geral que o Estado deve tutelar. Assim Leão XIII na "Rerum Novarum": "Pelo fato das sociedades particulares não terem existência senão no seio da sociedade civil, da qual são como outras tantas partes, não se segue, falando em geral e considerando apenas a sua natureza, que o Estado possa negar-lhes a existência. O direito à existência foi-lhes outorgado pela própria natureza; e a sociedade civil foi instituída para proteger o direito natural, não para o aniquilar. (...) Certamente se dão conjunturas, continua o Papa, que autorizem as leis a opôr-se à fundação de uma sociedade deste gênero. Se uma sociedade, em virtude mesmo dos seus estatutos orgânicos, trabalhasse para um fim em oposição flagrante com a proibição, com a justiça, com a segurança do Estado, os poderes públicos teriam o direito de lhe impedir a formação, ou o de a dissolver, se já estivesse formada" (9). Esta tese é clássica na filosofia social da Igreja e o atual Pontífice mais uma vez a expõe esplendidamente na Encíclica "Seritum laetitiae" de 1.º de novembro de 1939 (10).

2.º — Estas associações profissionais, por sua natureza, devem ser livres e pertencer ao direito privado e não ao direito público, como órgãos do Estado. "O sindicato livre na profissão organizada" foi o lema de ação dos democratas cristãos posteriores à "Rerum Novarum". Ouçamos Pio XI na "Quadragesimo Anno": "O homem tem liberdade não só de formar essas associações que são de ordem e de direito privado, mas de nelas introduzir a organização e estatutos que se julgarem mais convenientes para conduzir ao fim. E deve-

A Igreja e o Corporativismo

(Continuação da pág. 6)

se reivindicar a mesma liberdade para a fundação de associações que ultrapassem os limites de cada uma de suas partes. As associações livres, pois, que já florescem e produzem frutos salutares, devem abrir o caminho para formar aquelas corporações mais perfeitas que já mencionamos e com todas as energias de que dispõem promovê-las, segundo as normas da sociologia cristã" (11).

3.* — Consequentemente: o Estado não pode, por motivos técnicos, burocráticos, políticos ou doutrinários, impor o sindicato único, sem golpear o direito natural da pessoa humana. Isto aconteceu no Brasil até os nossos dias, como aconteceu no Corporativismo de Mussolini vergastado na "Quadragesimo Anno" (12).

4.* — Sendo o Estado sociedade ou poder político e não econômico, deve ficar fora ou não intrometer-se na vida ou organização íntima das associações em apêço. Em razão porém do bem comum geral que ele deve defender, assiste ao Estado, conforme lemos no n.º 51 da "Quadragesimo Anno", o munus de "dirigir, vigiar, urgir e obrigar" essas associações em função e em razão do mesmo bem público a ser por todos colimado. Esta também fora a lucidíssima doutrina de Leão XIII na "Rerum Novarum". Eis suas palavras: "Proteja o Estado estas sociedades fundadas segundo o direito; mas não se intrometa no seu governo interior e não toque nas coisas íntimas que lhes dão vida; pois o movimento vital procede essencialmente de um princípio interno, e extingue-se facilmente sob a ação de uma causa externa" (13).

5.* — O Estado não só deve permitir mas também esperar que os indivíduos e estas associações realizem no campo econômico-social o bem que estiver ao seu alcance. Quando porém os mesmos fracassarem nesse intento, assistirá ao Estado o poder extraordinário de intervir, de suprir, de completar ou sanar essas deficiências, dadas as circunstâncias anormais das coisas. E o poder que na "Quadragesimo Anno" vem chamado de subsidiário ou supletivo e que Pio XII cognomina de "integrativo e ordenador", na sua monumental mensagem radiofônica de comemoração do 50.º aniversário da "Rerum Novarum", em Pentecostes de 1941 (14). "Disto se conclui, assim fala Pio XII, em outro ponto do mesmo documento, que o dever e o direito de organizar o trabalho do povo pertencem antes de tudo aos interessados imediatos: patrões e operários" (15). E no já referido discurso aos novos cardeais, de 26 de fev. de 1946, o Santo Padre voltava à mesma doutrina nos seguintes termos: "o que cada

homem pode fazer por si e com suas próprias forças não lhe deve ser tirado e atribuído à comunidade; princípio que vale igualmente para as comunidades menores e de ordem inferior em face das maiores e mais altas" (16).

6.* — Deve o Estado, em lugar de dificultar ou suprimir, promover a fundação dos sindicatos ou associações profissionais; doutra maneira ficará oprimido por um onus que lhe não pertence, segundo o que expressamente lemos no n.º 79 da "Quadragesimo Anno" e na primeira encíclica do ascético e sofredor Pio XII, "Summi Pontificatus" (17).

7.* — Ensina a Igreja, e o bom senso o confirma, que a organização concreta e técnica destas associações tem que ser diversa conforme as condições igualmente objetivas ou concretas, as necessidades, a índole, as crises e os problemas de cada povo. Eis o que diz a "Rerum Novarum": "Não cremos que se possam dar normas certas e precisas para lhes determinar os pormenores; tudo depende do gênio de cada nação, das tentativas feitas e da experiência adquirida, do gênero de trabalho, da expansão do comércio e de outras circunstâncias de coisa e tempo que se devem pensar com maturidade" (18). Oh! se os nossos improvisados técnicos de gabinete tivessem meditado nestas atiladas admoestações! Com a mesma lezeza e profundidade escreve Pio XII na Encíclica "Sertum Laetitiae" de novembro de 1939, cujos dizeres omito por amor à brevidade (19).

8.* — O sindicato deve promover e defender todos os interesses e direitos dos socios sem omitir os religiosos e os políticos, no sentido nobre do termo, conforme absurdamente estatuiu a legislação trabalhista nacional, e ao mesmo tempo promover a harmonia entre o Capital e o Trabalho. E a doutrina contida nos números 34 e 36 da "Rerum Novarum" e repetida em Pentecostes de 41 por Pio XII (20).

9.* — A 5 de junho de 1929 o gênio universal de Pio XI, por intermédio da Sagrada Congregação do Concílio, endereçou ao então Bispo de Lille, D. Aquiles Liénart, uma carta doutrinária sobre o sindicalismo, condensada em 7 princípios, que eu não posso, em justiça omitir neste momento. São os seguintes:

a) — "A Igreja reconhece e afirma o direito dos patrões e operários de estabelecer associações, sindicatos, separados ou mixtos, e vê neles um meio eficaz para a solução da questão social".

b) — "A Igreja, no atual estado de coisas, julga moralmente necessária a constituição de tais associações sindicais".

c) — "A Igreja exorta a formar tais associações sindicais".

d) — "A Igreja quer que as associações sindicais se estabeleçam e governem conforme os princípios da fé e da moral cristã".

e) — "A Igreja quer que as associações sindicais sejam instrumentos de concórdia e de paz, e nesse intuito sugere a criação de comissões mistas como meio de união entre elas".

f) — "A Igreja quer que as associações sindicais fundadas por católicos se constituam entre católicos, sem desconhecer, não obstante, que em casos particulares a necessidade possa obrigar a proceder de outra maneira".

g) — "A Igreja recomenda a união de todos os católicos para um esforço comum nos vínculos da caridade cristã" (21).

Quem, diante de tais princípios, pode deixar de ver na Igreja a mestra da verdade e a salvação dos povos?

Infelizmente os autores da nossa Constituição última, de setembro de 1946, não foram capazes de vencer o aleijado dilema: ou liberalismo tradicional ou marxismo revolucionário. O Título V da Carta Magna está a merecer um estudo crítico cuidadoso, que neste momento não podemos executar. Contem excelentes princípios de justiça social; mas seu espírito é antes liberal do que corporativista. Seus princípios são antes disciplinares, de ordem intervencionista, do que de índole institucional ou corporativa.

Será que para os nossos ilustres Constituintes a palavra corporação, corporativismo, é sinônima de ditadura, de fascismo, como insinua, há muitos anos, apregoam os comunistas? Não nos assiste o direito de reputá-los tão ignorantes. Nós não defendemos o corporativismo estatal, ditatorial, mas o corporativismo de associações livres. E quem não for capaz de compreender esta distinção, que é essencial, não é digno de discutir estes problemas! Lembremo-nos de que, em pleno apogeu do fascismo e do hitlerismo, em 1935, na França de todas as liberdades, — e por isso mesmo também infeliz, — a elite dos seus sociólogos católicos reunidos na sua 27a. "Semana Social" discutiu profundamente o problema corporativo, como também no Parlamento o fizeram vários deputados, de uma maneira completamente anti-estatal, anti-ditatorial. A livreria Gabalda, de Paris, reuniu os trabalhos da semana em um volume de 632 páginas. Ditatorial em verdade e errôneo foi aquele corporativismo estatuido apressadamente no artigo 140 da finada Constituição de novembro de 1937 (22). Ditatorial e errôneo pelos seguintes motivos:

1.* — Porque evidentemente artificial ou intempérido. Pois, a Corporação supõe como base natural uma vasta rede de associações, federações e confederações eco-

nômico-profissionais, distribuídas por toda a nação. Ora, isto não tínhamos nem possuímos ainda hoje.

2.* — Porque nosso pequeno movimento sindical já era de índole político-estatal, uma vez que organizado ou variado em *modos* estritamente governamentais, como todos nós sabemos, fornecidos pelo governo.

3.* — Porque o sindicato único, contrário ao sentir da Igreja, do artigo 135 da mesma Constituição de 37, é um plágio, ao fracassado de 1935, estavam filiados à *levoro* de Mussolini, com exceção de poucas palavras que deram ao nosso texto maior elasticidade e também maior dose de ambiguidade (23).

4.* — Porque o sindicato único do artigo 138, aliás herdado do Decreto-lei 19.770 de 19 de março de 1931, artigo 9.º (24), derrubado pela Constituição de 1934, artigo 120 (25), e ressuscitado até os nossos dias e mais uma vez confirmado no art. 516 da "Consolidação das Leis Trabalhistas", decretada a 1.º de maio de 43 (26), não somente contraria o próprio direito natural, como outrossim o artigo 122, n.º 9, da mesma Constituição de 37, assim redigido: "liberdade de associação, desde que os seus fins não sejam contrários à lei penal e aos bons costumes". Ora, a pluralidade sindical nem é crime, nem jamais otendeu os bons costumes!...

5.* — Porque, além de redundantíssimos em número, nossos sindicatos, em sua maioria, pelo menos até o golpe comunista fracassado de 1935, estavam filiados à legendaria internacional de espírito marxista, revolucionário, conforme atestam publicações oficiais do "Bureau International du Travail" (27). Por todos esses motivos, a quele improvisado e pueril Corporativismo decretado na Constituição de 37 não podia deixar de ser, como realmente aconteceu, tinta inútil em papel desvalorizado.

Já devia ter acabado. Vou fazê-lo agora. Do que ficou exposto devemos concluir que é necessário marchar para uma ordem econômica corporativa. Marchar para o Corporativismo de associação e não para o Corporativismo estatal, ditatorial. Esta marcha terá que ser vagarosa, porém metódica e firme, dentro da justiça e da caridade. Sem este clima de justiça e caridade, de disciplina e colaboração, não haverá Corporativismo, nem cessará a batalha cruel entre o Capital e o Trabalho.

Agradecemos à Igreja, refúgio das nossas almas sofredoras e luz divina das nossas inteligências, esta confortadora doutrina econômico-social sobre o Corporativismo. O verdadeiro corporativismo é intrinsecamente anti-liberal; é intrinsecamente anti-ditatorial e, neste sentido, anti-estatal; é intrinsecamente anti-comunista. Ele está longe de nós. Mas nele estão nossas esperanças.

(Continua na pág. 16)

Vista com distinção e com elegância
comprando o seu vestuário nas



LOJAS PAULISTA

Voiles, fantasias, cambraias finas, brins de linho, "panamás", sedas, musselinas e grande variedade de tecidos de toda espécie, pelos melhores preços da cidade.

LOJAS PAULISTA

Fazendas

* Rua Nova * Praça da Independência * Largo da Encruzilhada *

4 - Após o movimento de 1930, a fisionomia política do país se abriu sob perspectivas inteiramente novas, fazendo-se sentir mais intensamente as camadas sociais e sobretudo nas elites pensantes, o grande drama ideológico que tem coberto a velha Europa a braços com problemas ainda insolúveis, decorrentes dos choques de cultura, de raças, de forças econômicas e de correntes religiosas. Assim, até nos colégios secundários um grande sulco se abria e se aprofundava mais verticalmente nos círculos universitários, formando-se os extremos, da esquerda e da direita. Todas as organizações estudantis eram abaladas por esses reflexos emanados de um drama profundo. De 14 a 20 anos, os pelas correntes ideológicas, mergulhadas numa superficialidade de conhecimentos, lidam empolgados com a luta, e outros pela penetração nos problemas da vida e do espírito, porém igualmente impulsionados pelas "nuances" épicas de uma grande aventura política.

Foi nesse ambiente que se destacou Glauco Pinheiro, estudante de medicina e com pouco mais de 18 anos. Era um ativista da esquerda, mas sem enquadrar-se nas linhas rígidas do Partido de Prestes. Contudo, jogado à arena pelo seu espírito inquieto e audacioso, logo se viu em fins de 1933, recolhido à Casa de Detenção desta cidade, juntamente com os homens sem compromissos partidários, mas embebidos no clima da suspeita e das investigações, como o grande Ulysses Pernambucano e o burguesíssimo Fonseca Lima. Os dias se passaram e já nos albos de 1935, toda a cidade de Recife começou a sentir uma movimentação de tropas, policiais, investigadores, guarda-civis e até bombeiros, desde a praça da Independência ao mais distante dos subúrbios como Várzea, Tejipió, Olinda, Beberibe e Campo Grande. E toda essa mobilização era provocada pela fuga espetacular de Glauco Pinheiro da Casa de Detenção. Driblando a vigilância de mais de duzentos belguinas policiais, passando livremente por cinco portões de ferro, enfrentando friamente a morte, pois a ordem para os casos de fuga era de atirar sem pena, Glauco Pinheiro ganhava o espaço como um pássaro cativo que se aproveita de uma chance rara. Quando, entre dezenas de prisioneiros, passava de sua cela para a enfermaria, deixava-se ficar num W. C. intermediário, onde se defende rapidamente de uma barba crescida sob segundas intenções, de um pijama que já encobria um torso bem engomado e, munido-se de uns óculos pretos e de um bigode tipicamente policial para melhor confundir os guardas responsáveis pela vigilância do presídio, corajosamente deu às vilas a Diogo. Como um técnico, sem qualquer titubação do estratagemas em aventuras rocambolescas, apanhou, na praça Joaquim Nabuco, um auto de praça, com o qual deu umas voltas despiantadoras pela cidade, entrando para outro no calçadão do porto e ao utilizando do mesmo processo que se foi repetindo em todas as praças de estacionamento de automóveis, até o morto do Arraial, em Casa Amarela.

Lembro-me com emoção que, numa noite de janeiro de 1946, quando passava pela rua Biepo Cardoso Ayres, topando aqui e ali com palanques que buscavam o fugitivo, lá me vem um operário, Macaco sujo de óleo, chapéu acabanado e bem gasto, óculos baratos e escuros, sapatos lentos e umas "ferramentas" velhas e escombidas. Glauco Pinheiro bem trajado e elegante que agitava a Faculdade de Medicina e se envolvia nos assuntos políticos que eram debatidos nos corredores da Faculdade de Direito. E, enquanto a minha apreensão aumentava pela sorte do colega tão procurado pela po-

lícia de Malvino, o seu sorriso franco e a sua confiança em si mesmo me surpreendiam. Foram minutos de uma conversa bem estranha que valiam por um século. As minhas advertências de que tivesse cuidado, pois toda a cidade estava sob a mais severa observação policial, vieram respostas em tom convincente, de um espírito sem temor, forte e resolutivo como aquelas figuras de Dumas que amam o perigo. Falou-me o Glauco de sua genitora com o carinho despertado por uma imensa saudade. Iria deixar Pernambuco sob mil diáforas e não a tinha visto nem a podia ver e nem tão pouco lhe era possível precisar quando lhe teria oportunidade de aproximá-lo. O futuro era uma interrogação demorada, sombria e inquietante como a grande noite fascista.

Um dia, muito tempo depois desse encontro contundente para o meu espírito, um velho e dedicado amigo da minha família, o capitão Frederico Mindelo, então chefe de polícia de Pernambuco, entra em casa de meus pais e vai dizendo logo — "O Glauco foi encontrado e já ouvido. É um adversário perigoso, um inimigo da ordem, um rebelde impenitente, mas se impõe como um homem de coragem e de atitudes". E, assim fui sabendo que o Glauco tinha conseguido alcançar o Paraguai, viajando pelo Interior, tropeçando em inúmeras

ras dificuldades, trabalhando aqui e ali nos mais diferentes serviços, lutando como um Bayard moderno, invencível e diáspota. Tinha sido a sua preocupação em dar notícias à família, a causa de seu regresso à Casa de Detenção. De uma cidade paraguaya, atravessava a fronteira e vinha depositar suas cartas para Pernambuco, a fim de evitar que seguissem um caminho mais longo por Assunção, Buenos Aires e Rio. Numa dessas vezes, mal jogava a sua mensagem, pacífica e sentimental, à caixa do correio brasileiro, vozes conhecidas e amareadoras transformaram o Glauco em um cativo.

Alguns anos em várias prisões, no Recife, em Fernando de Noronha e no Rio, consumiram a sua condenação pelo Tribunal de Segurança. Há poucos dias, numa das bancas do Lafayette, já amadurecido tão precocemente, pelas longas e árduas caminhadas por este mundo desmantelado, Glauco Pinheiro me contava o episódio de sua odisséia e me expunha as razões que determinaram a sua posição de combate, nos dias que correm, à linha de Prestes e de seu partido. Distanciado de um passado remoto, Glauco é hoje um manso e pacífico membro da Esquerda Democrática, fiel às suas idéias mas de atitudes moduladas pelo tempo, refletidas num conhecimento mais apurado e seguro dos problemas da época. Integrado no espírito de renovação que já mobilizou grandes correntes de opinião em favor das reivindicações sociais, sem preocupações subterrâneas, é um crente na democracia e no êxito da busca pelo bem estar humano dentro de rumos ajustados à realidade brasileira e às suas tradições. É um

Glauco Pinheiro da ordem e da lei, na equação dos problemas mais presentes que se ajustam bem a fórmulas práticas e objetivas que qualquer Governo bem intencionado poderá adotar, sem alterar estruturalmente os princípios da República, nem ferir a sensibilidade de uma Nação que nada tem de oriental nem nada pode conseguir dentro de uma orientação política em choque profundo, com os seus hábitos e costumes sentimentais e cristãos que forjaram uma consciência mística e bela, na pureza de suas intenções políticas e sociais. E, um Glauco bem longe do "underground" e cada vez mais integrado no "front" que decide dos destinos dos povos, na luta em campo aberto da democracia.

5 - Na madrugada de 4 de outubro de 1930, a cidade do Recife acordava sobressaltada, ouvindo-se tiros isolados em direções diversas. Os pernambucanos faziam a sua história com o mesmo calor que animou um Mathias de Albuquerque. Correu logo de boca em boca o nome de Muniz de Farias que havia tomado de assalto o quartel da Soledade, comandando apenas 12 a 15 soldadinhos do tiro de guerra 233. Contava-se ainda que o tenente Hélio Coutinho, à frente daquela Escola de Instrução Militar, tinha atacado o quartel do antigo 21BC, sofrendo grave revés. Jovens heróicos de 18

guerra estandalhado, ao todo 35 homens no máximo, corajosos mas inexpertos, rumou aquele pernambucano das Tabocas para o quartel da Soledade onde se achava depositado todo o armamento da 7a. Região Militar, naquela época agitada pela Aliança Liberal e alimentada pelos erros profundos de Washington Luiz. Residindo naquela vizinhança, sobre o estranho diálogo dentro da noite, entre Muniz de Farias e o sargento comandante do grupo de combate que guardava aquele depósito de material de guerra. As exortações à Pátria não convenceram o sargento que continuava firme no propósito de defender as armas sob sua guarda. Entraram as ameaças e de súbito Muniz de Farias investiu com os seus rapazes, dominando com incrível audácia e rapidamente uma posição de suma importância para o movimento revolucionário que havia começado com uma fragorosa derrota.

E se ele agiu como um bom soldado no ataque ao quartel da Soledade, movimentou-se em seguida como um magnífico caudilho, arremessando logo centenas de homens. Não passava um motoneiro, um condutor, um balastro, um carregador, um peixeiro, um homem do povo enfim que não fosse recrutado para a luta. As oficinas da Tramway na rua Fernandes Vieira forneceram contingentes poderosos que ficaram conhecidos como

Os assaltos violentos do trepidante capitão Cardin, comandante do esquadrão de Cavalaria, foram repellidos um a um e violentamente pelo Muniz de Farias. As investidas da Polícia Militar, inicialmente pelo Cel. Wolmer da Silveira, comandante tímido e pouco afeto às lutas das barricadas, tiveram nas ruas da Intendência e Conde da Boa Vista, o mesmo fim, em nada adiantando as ofensivas desfechadas pelos carros blindados que ficaram espantados e ao sabor da curiosidade pública.

Muniz de Farias, pelo seu destemor, pela sua bravura, pela sua capacidade de improvisação estratégica, firmava as bases da vitória do movimento revolucionário de 1930 não apenas em Pernambuco, mas em todo o Norte. O que se passou cabe bem num volume alentado. A figura de Muniz de Farias avulta a todo momento, agitando-se à medida que o quartel de Cinco Pontas, a Casa de Detenção, o quartel do Pátio do Paraíso e todos os outros fortins da legalidade de se iam vendendo à onda de vitória que começara, como um filete insignificante tão rapidamente engrossado por Muniz de Farias.

Em 1931, quando o advogado Pedro Calado e o tenente Hélio Coutinho sacudiram a cidade de Recife numa revolução sem pé nem cabeça, mas muito mais árdua e mais dura para a população pacífica do que a de

gança e a fúria incontrôvel de instintos primitivos que nunca puderam ser bem debastados pela convivência universitária, transformavam o Muniz de conservador a esquadrista dos mais avançados. Ele se metamorfoseou até em nihilista para melhor combater aqueles a quem havia dado mão forte na escalada do poder. A oportunidade desse combate era tudo para ele, fosse qual fosse e por mais contraditória que parecesse aos seus sentimentos mais íntimos.

Era um caudilho cheio de vontade para vencer o inimigo. Um caudilho heróico e sem outros rumos senão aqueles ditados por um profundo, imenso e arduo ranço.

Tudo isso lhe trouxe uma vida amarga. Cadaço pela polícia, demitido de seu tabelionato, vivendo a angústia dos fugitivos, Muniz de Farias ainda agitou toda a Faculdade. Começou o ano de 1936. As matrículas se abriam. Todos davam e Muniz como perdido e já a turma lamentava a ausência do colega que não se formaria por certo, quando uma mulher do povo, munida de uma procuração que ninguém sabe como arranjou, inscreveu Muniz de Farias no quarto ano de direito, pagando todos as taxas de lei. O Diretor, o venerando e saudoso Andrade Bezerra estava pálido, mas cumpria com o seu dever. O fugitivo era de fato e de direito um aluno do quarto ano. Isso ficou no coração da turma. As dificuldades não impediram que Muniz de Farias salvasse um ano de estudos universitários. Mais uma vez o homem tinha artes de bruxo. Mas, o seu desejo de se bacharelar, trouxe consequências tremendas. Poucos dias depois era localizado o seu esconderijo e no invés de um templo de justiça e do direito lhe reservaram um destino diferente numa prisão qualquer.

O tempo passou. A lembrança de Muniz de Farias emanação com os anos. A turma de 1937 concluiu o curso jurídico sem ele.

Só há alguns meses é que li nos jornais a notícia de que Muniz de Farias estava advogando no Rio e depois o meu amigo Everaldo Guerra me informava que o herói de 30 estava residindo em Cambuinho. Era um advogado bem diferenciado do caudilho, um temperamento já moldado a uma profissão onde a bravura não encontra oportunidade nem a força constitui argumentos.

Do revolucionário de 1930, só resta o nome, honrado mas sem as marcas de novas lendas que faziam de Muniz de Farias o homem temido pelos governos, resplandecido pelos adversários e disputado pelas forças políticas de oposição.

Outros nomes estão esquecidos. Outras gerações brotaram. Heróis aqui e ali surgem. Uns ostentam meda-lhas e condecorações, outros apenas apresentam faces denunciadoras de um passado cheio de lutas e decepções ou de experiências que agora servem como alívios de uma vida estavel e tranquila.

IMAGENS HEROICAS

da MINHA JUVENTUDE

Abelardo Jurema

anos como Jenner de Sousa pereceram no gramado do parque que circunda a Faculdade de Direito, enquanto outros bravos como Mário de Sousa se encontravam de braços ou pernas decepadas pelas metralhadoras da legalidade. E, então começava a vida espetacular de Muniz de Farias. Recrutando alguns voluntários do tiro de

a famosa Linhas Azul. Em poucos momentos, Muniz era o dono do terreno. Alastrou-se logo pelas ruas Conde da Boa Vista, Jiriquiti, principal, Padre Inglês, Oswaldo Cruz, Ninfas e mais uma porção delas, posições que se ampliaram até às proximidades do quartel da Polícia, no Derby e da Cavalaria, em João de Barros.

CIA. DE CIGARROS

Souza Cruz

Yolande

TODOS OS LIVROS COMPRADOS NA LIVRARIA UNIVERSAL TEM DESCONTOS ESPECIAIS

LIVRARIA UNIVERSAL

Av. Rio Branco, 50 RECIFE

INÉDITOS

★ DE LÊDO IVO ★

A DÁDIVA DE JUNHO

No meio-dia, veio
a saudade do paraíso
em carne, velo e pedra
que uma mulher me deu.

Antes de se libertar
das nuvens, dos pássaros
foi corpo de moça nua
que uma mulher me deu.

Meu rosto ficou em êxtase
e ocasionalmente tranquilo.
Imobilizou-o o riso
que uma mulher me deu.

Perdi minha arte poética
na varanda deste mês.
Orientou-me o olhar
que uma mulher me deu.

Sob céus azuis e brancos
a música me espatifou.
Morreria sem o socorro
que uma mulher me deu.

Degradado me senti
e o desamor me cobriu.
Faltava o mudo colóquio
que uma mulher me deu.

Verti, na lua fantástica,
a água do meu desespero.
Só me curaria o amor
que uma mulher me deu.

Fugi na manhã serena
— minha pena! — trovador sensacional.
Queria apenas as lágrimas
que uma mulher me deu.

Dancei sambas na Pavuna
encostei-me aos oitiseiros
certo da imortalidade
que uma mulher me deu.

Lutei contra a morte
e me despaisei
levando comigo as coisas
que uma mulher me deu.

Fui suficientemente cruel
e desprezei em silêncio.
Faltava-me o amor ao próximo
que uma mulher me deu.

Rasguei todos os sonetos
anteriores ao encontro
pois não tinham o rigor clássico
que uma mulher me deu.

Gravei seu nome tão claro
em tôdas as árvores do Brasil.
Inflamava-me o civismo
que uma mulher me deu.

Depois sai caminhando
em direção às estrelas.
E na terra ficava o céu
que uma mulher me deu.



O AMOR COM A PANTERA

Tuas astúcias na sombra: seios acolhidos
pelo esplendor de maio, que minhas mãos
[precipitam.
Te amo agora como jamais. É preciso que a
[noite
caia sobre esta cidade, e beba o vento, e deseje.

Minha oração no suor: porque teus dentes
não deixam marcas de silêncio em tudo o que nos
[terça?
Há festas em teus cabelos, e trabalhos em tuas
[pernas
e cânticos de primaveras em teus joelhos mortais.

Canto com os olhos abertos e a vertigem não me
[abate.
Céus azuis só em ti, ó pantera de canção e
[desmaio.
Piedade para mim que te amo na incerteza, e
[recupero
no momento do compromisso as ausências
[injustas.

Tempo antigo em meus braços: desfraldo velas
[ao Acaso
e as horas de exceção te desfazem e te informam.
Solução em peito, ó árvore, e sorri sem sentido
que sei valorizar o amor de teus gemidos.

Não temos necessidade da noite para que os
[humanos sentidos
se desagravem no amplexo imotivado. E os
[despojos
de nosso encontro amoroso sabem repelir o sono.
[São
os cânticos que entoam os famintos. São
[tristezas.

Teus olhos choram por mil anos. Venha a noite
[da baía!
Após os grandes temores, o encontro é sempre
[assim
até que desabroches, nua, na alegria.

Te doto com as carícias que o fim da tarde explica.
Deitada, separas os naipes da imagem e do
[tempo,
mas não te quero olhando as luzes da cidade.
Quero-te junto de mim, apoiada ao precário.

Não pensando nos rios, nem nas minas, nem no
florescer de tuas terras nativas.
Quero-te sem palavras e sem vestido, e rendida,
[e selvagem,
pantera estranha que se desfaz firmada em
[realidades.

OLHANDO O POEMA

E' simultaneamente com ternura e desprezo que te amo.

Que será de ti, num provável tempo futuro?

Darás testemunho de um homem que se angustia

Porque o universo não assume o Kyrios,

Porque a morte sobrepõe-se á vida

E o tempo encobre a eternidade?...

Ah, pobre poema de gatinhas, tu me comoves.

Quanta renúncia, quanto sofrimento, quanto silêncio

Precisamos para que cresças e abras a bôca!

Até que um dia qualquer, depois de de tanta luta,

Sejas jogado num porão escuro

E alguns ratos se atirem sobre ti...

MURILO MENDES

UM AUTÊNTICO PATRIMÔNIO DA LAVOURA BRASILEIRA

A Cooperativa Agrícola de Cotia, em São Paulo, realizou sua 19.ª assembléia geral ordinária, apreciando o movimento dos seus serviços do ano social de 1946-47, apresentado em relatório pelo dr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida, diretor-presidente da organização, documento que não só orgulha o Estado de São Paulo como a todo o país. O comentário dos trabalhos da Cooperativa Agrícola de Cotia comprova com dados eloquentes, os imensos horizontes que o sistema cooperativista abriga, para o progresso agrícola e de produção, como também para a economia nacional. O relatório por si só, dispensa maiores deduções, bastando um resumo do mesmo para chegar-se às mais entusiastas conclusões e melhor aplaudir as virtudes do cooperativismo, quando honestamente administrado, sem preocupações de lucros extorsivos, a exemplo desta organização-padrão: a Cooperativa Agrícola de Cotia.

Segundo as declarações do dr. Ferraz de Almeida, no seu relatório, lemos inicialmente: "Quem, há vinte anos, poderia imaginar que a cooperativa, fundada pelos modestos 83 lavradores de Moinho Velho — ignorado recanto do município de Cotia — iria alcançar a grandeza de hoje? Jamais poderão ser olvidadas a tenacidade e a luta dos dirigentes que defenderam, de corpo e alma, a nascente organização, enfrentando a escassez de capitais, os erros resultantes da inexperiência, a hostilidade de determinados elementos concorrentes e a pressão externa — fruto da reação anti-cooperativista. Apesar de tudo a nossa Cooperativa prosperou e cresceu". "No último ano agrícola, em comparação com o anterior, registamos, de fato, um progresso notável para a organização, que se ufana de ser, na América Latina, a maior no gênero". Esta última afirmativa está credenciada pelos dados estatísticos dos negócios, que passamos a apreciar: Novos sócios, 456; capital social, acrescido do fundo de elevação respectivo, aumento de Cr\$ 7.266.287,90, para o to-

A Cooperativa Agrícola de Cotia, de São Paulo através do relatório do seu diretor-presidente, dr. Manoel C. Ferraz de Almeida - Alimentando São Paulo e o Distrito Federal - 4.000 associados - 1947 e o aumento de produção - O futuro da economia agrária. Cotia abre novas perspectivas ao trabalhador rural do grande Estado bandeirante

total de Cr\$ 19.706.900,00; capital da organização elevado a Cr\$ 25.564.064,00, imóveis e instalação Cr\$ 38.885.185,60; movimento geral: vendas, Cr\$..... 154.524.198,40; compras, Cr\$..... 172.682.471,60; crédito, Cr\$..... 145.693.018,30; outros serviços, Cr\$.....	10.050.296,20; totalizando, temos a soma de Cr\$ 382.949.984,50, revelando um aumento geral surpreendente de 47% sobre o movimento do ano anterior, que foi de Cr\$ 260.440.159,30. O quadro social é de 4.000 associados, congregando 27 nacionalidades diferentes. Entre
--	--

«COTIA É UM MILAGRE DE ORGANIZAÇÃO E DE TRABALHO»

João Gonçalves de Souza

(Chefe do Serviço de Economia Rural da Prefeitura do Distrito Federal).

De um artigo do sr. João Gonçalves de Souza, um dos mais ilustres técnicos do Ministério da Agricultura, atualmente à disposição da Prefeitura do Distrito Federal, transcrevemos o seguinte trecho que é uma síntese notável das múltiplas atividades dessa modelar organização cooperativista:

"EIS EM RESUMO O QUE COTIA FEZ PELO SEU ASSOCIADO E PELA LAVOURA EM SÃO PAULO. Ser membro desta Cooperativa, disse-me seu atual presidente, vale tanto para o lavrador quanto para o cidadão, ser membro do Jockey Club Brasileiro. Quem, no início, subscreveu pequeno capital, está hoje rico. Uma quota de Cr\$ 10,00 vale hoje Cr\$ 70.000,00. A proporção é fantástica. É preciso, porém, não esquecer que se a matéria humana em que se embasou a Cooperativa Agrícola de Cotia era boa, ótima sempre foi a sua direção. Não têm férias, nem horas para comer e para dormir os seus diretores. Ferraz de Al-

meida, seu presidente, no momento, é um caboclo d'esses bem brasileiros, o qual trabalha, sofre e sonha para Cotia. Com 35 anos apenas já lhe esbranquiçam os cabelos. Eu o vi trabalhando no Congresso das Cooperativas Paulistas. Brigando com o Governo a propósito da isenção de taxas e impostos para a gente de sua grande e incompreendida família cooperativista, tinha tempo para conosco discutir as bases da Conferência Rural Brasileira que se quer instalar no Rio, em março próximo. Ferraz é daqueles de quem muito podem esperar os lavradores deste país de ruralistas. E Cotia é exemplo e modelo para as cooperativas que desejam vencer, guardando fidelidade aos princípios do sistema salvador."

(Do artigo "Cotia no quadro do cooperativismo brasileiro", publicado na revista "Cooperativismo", órgão oficial da Caixa de Crédito Cooperativo", n.º 9 — março, 1947).

1942 a 1945, a produção foi triplicada e quintuplicada, passando a organização a fornecer grandes quantidades de produtos essenciais à alimentação das populações de São Paulo e Distrito Federal, tornando-se alvo das atenções pública e governamental. A Cooperativa vende, somente, a produção dos seus associados, liquidando as contas pelos sistemas "pooling" e conta individual; no primeiro, incluem as vendas de batata, tomate, ovos, milho, óleo de hortelã, carvão vegetal, chá, morango, pêssego e banana, distribuídos em larga escala, com classificação estudada; no outro estão os produtos não classificados. Verifica-se mais que o movimento de vendas acusou 42,21% de aumento, apreciado nos totais: 1945-46, de Cr\$ 107.899.425,10; em 1946-47, Cr\$..... 154.524.198,40; aumento registado, Cr\$ 46.624.773,30. Vendas a varejo, Cr\$ 8.577.696,50, aumento de Cr\$..... 4.421.710,10, ou sejam 106% sobre o ano anterior! O saldo de crédito foi de Cr\$ 42.998.994,90, verificando-se aumento de Cr\$ 14.198.349,50 sobre o anterior. Pondera o relator que: "graças à alta compreensão das autoridades nacionais, conseguimos desfazer quaisquer dúvidas porventura existentes em torno do empreendimento que, sem falsa modestia, reputamos um autêntico patrimônio da lavoura brasileira". Não esquecendo a cooperação dos funcionários, argumenta: "O movimento global da sociedade é fruto dos esforços diretos dos 731 funcionários. Como praxe, a título de reconhecimento, deliberamos dar gratificações ao nosso quadro de empregados, as quais somaram Cr\$... 1.184.798,90." E concluindo: "Portanto, não nos parece lícito que se permita a alguém duvidar do futuro da economia agrária, ou da viabilidade de unificação dos produtos agrícolas de nossa terra". "O nosso empreendimento vitorioso, nascido da boa vontade dos oitenta companheiros do Moinho Velho, bem o demonstra como a indicar os rumos seguros que nos levarão a redimir a economia do Brasil".

O último monólogo de Mané Fulô

Conto do FRANCISCO JULIÃO

— "Chico Birô, até logo. Até logo, minha gente. Nosso Senhor Jesus Cristo tinha vocês lá no céu. Vcu m'em-bora, vou m'em-bora. Tenho que ir pra Ribeira. O póço fica distante e a rapôsa anda depressa. Mode que e barra do dia já quer quebrar, minha gente!..."

Pelo caminho Mané Fulô ia aos tombo, cai daqui, cai acolá, dando adeus a todo o mundo, abraçando os pés de péis pensando que era gente. Por cima dele, caladas, sem se mexerem, as cajazeiras cheiravam um cheiro ativo, danado. E a lua, a pino, no céu, luz fria, luz branca, metia luz pelas brechas das cajazeiras cheirosas, fazendo "malassombrados" nas folhas das bananeiras.

— "Alma penada, alma penada. Nosso Senhor Jesus Cristo acabe com as tuas penas. Se tens vida, vem comigo, que sei onde há cana e da boa. Ou então sai do caminho, sai da frente, não me assombres".

As folhas das bananeiras quasi não se moviam. As restas da lua fria faziam fantasmas de toda espécie, com cabeça e sem cabeça, uns bem alvos, outros longos, querendo andar para frente, ou subindo e descendo devagar. Quando o canavial espesso e lustroso se agitava de leve, muito de leve, parecia que uma mão tinha jogado um punhado de areia, de areia bem fina. O caminho era deserto. As cajazeiras enormes.

Mané Fulô não tinha de que ter medo. A sua foicinha de mão, amolada como os trinta, cortava mais que navalha. Cortava o vento, se o vento bancasse bêsta. Mané Fulô gargalhava, sentia o corpo tremendo, dava gritos e ouvia o eco distante, o cabé-lo arrepiava. Mas quem podia com ele?

— "Arreda do meu caminho, bacuráu empeticado. Dou-te um tiro com essa foice. Como-te crú com cachaca. Passarinho sem vergonha".

E o bacuráu, leve, macio, cheio de pena, choroso, voava pelo caminho, na frente de Mané Fulô, sempre na frente.

"Troláu, troláu, troláu..."

Mané Fulô parava (ou julgava estar parado), tinha vontade de saltar como um gato de emboscada em cima do bacuráu, de agarrá-lo, de comê-lo com pena e tudo. Apontava com a foice como se fosse a coia, dava um estalo com a língua. E quebrava vontade. Ele mesmo achava graça. Tornava a apontar a foice, dormia na pontaria (ou pensava estar dormindo) e desta vez, um estampido partia da sua boca. O bacuráu se espantava, voava mais longe, mas sempre no seu caminho. Depois meteu-se por dentro do canavial.

"Troláu, troláu, troláu..."

— "Dana-te, diabo. O capeta te cozinhe com tuas penas rajadas, zumbi de maracá".

Tinha de chegar no póço

antes que a rapôsa chegasse e molhasse o rabo nagua.

— "Tenho de chegar, mesmo assim, bêbo do jeito que estou. Nosso Senhor Jesus Cristo me faça o passo mais leve. Deixei meu cavalo em casa. A barra já vem quebrando. E' o diabo da lua, é dioga".

E o passo de Mané Fulô era de chumbo.

— "Ninguém corre mais do que eu. Nem rapôsa nem viado. Pra que cavalo, Fulô? Se eu sempre cheguei em tempo. A Ribeira não é longe".

Agora era um porquinho alvo como algodão que começou a rondar os pés de Mané Fulô. Um porquinho baé, gordo, feipudo, que não guinchava, que só fazia rondar os pés de Mané Fulô.

— "Arreda, arreda, bichinho. Como-te crú com cachaca. Minha foice corta o ven-

ram-se. E quando vieram outra vez enfiaram-se nas pernas de Mané Fulô, subiram de calça acima, cascavilharam-lhe os bolsos, puxaram o palitô e tomaram-lhe o chapéu. Caiu-lhe a foice da mão. O suor molhou-lhe a fronte. Quis correr mas não perna-

— "Credo em cruz! Nosso Senhor me proteja desses malditos".

E os porquinhos se foram. Mané Fulô ficou parado sem saber onde caíra a sua foice da mão. Procurou por todo o canto e depois foi que lembrou-se que a foice ficara em casa.

— "Mas que dioga, não truve o ferro comigo. E o chapéu também não truve. Eu já sei. Não foi a cana, não. E' a mardita rapôsa que quer me passar a perna. Mas não passa, não, eu mostro".

A lua no céu boiava, cor-

que é amô. Quem me dera, quem me dera que cana fosse miudé. Quá, quá, quá!"

Mané Fulô gargalhou, sentiu as folhas tremerem. Se não fosse um pé de vento, o que seria então que era? Para espantar o sobroço chegou a cantar de novo:

"Me deitei lá na calçada. Me esqueci do cobertor. Balançaram um pé de lima. Me cobriram de fulô".

Mas o medo veio vindo, veio vindo não sei como, se estirando pela estrada onde o luar espalhava suas moedas de prata, cresceu como cipó-de-fogo, engrossou que nem gibóia e aninhou-se todinho dentro de Mané Fulô.

— "Meu S. João, dá-me coragem, que a lua quer me enganar. A rapôsa virou lua e anda a meter o rabo em todo o poço que chega, mas no póço da Ribeira eu juro que ela não mete antes que Mané Fulô tenha ali água nos peitos".

Ainda teve coragem de cantar outra trovinha:

"Tava na margem do rio. Quando meu bem embarcou. Foram os olhos mais ba-nitos. Que a onda do mar levou".

Deante dele se achava o negro Chico Polô.

— "Quem vem de lá? E' gente ou alma penada?"

— "Chico Polô. Seu Fulô!"

— "Que anda você fazendo?"

— "Inhôr não. Passei bem perto. Vou lá pro Chico Beirão".

— "De lá vim eu ind'agorá..."

— "Pois é, antonce, boa-noite..."

Sumiu-se Chico Polô, Mané Fulô tremeu todo como vara de bambú.

— "Oxente. Cadê o negro? Chico Polô! O Chico Polô! Vai-te alma de bacuráu..."

Já era tempo. Em sua frente, rajadinho, leve, em vócos curtos, o bacuráu veio de novo, mas levou logo sumiu com o grito de Fulô. Abriu-se o canavial. A cana estalou lá dentro.

— "Por aqui anda guará... Ou é gente de tocaia. Se é alma penada, caminha, vambora que eu tiro as penas, dou-te um banho de aguardente, mando purgar teus pecados..."

A Ribeira estava perto. Ali ficava o lagêdo como uma mina de prata que fásicava ao luar. Dava gosto se andar por cima daquelas pedras atrás de um préá mocô. A cachoeira primeiro.

Em baixo era o póço guardado por ingazeiras, sombrio, silencioso como uma igreja sem gente. Mané Fulô ainda teve a tentação de subir e descansar no lagêdo, mas viu que perdia a hora. As barras vinham quebrando. Ou era a lua enganando?

— "Vambora, Mané Fulô. Se a comadre Linda não veio já deve andar por perto. Será que perdi a hora?"

Um regoço fez tremer o pobre Mané Fulô da cabeça aos pés. Era ela, era a danica. A zurdia não durmira. Mané Fulô foi correr, deu um

tombo, deu mais outro e depois esparramou-se. Aparedo? Esteve lá na Ribeira? ceram os porquinhos. O bacuráu trolou. Quis levantar-se, não pôde. Caçou areia nos pés. O chão estava bem limpo. Ficou parado um instante. Escutou e ouviu de longe uma toada chorosa:

"Lá na mata o páu pendeu. Lá na mata o páu rolou..."

Quem viria pela estrada? Quem viria, meu S. João?

Mané Fulô debateu-se, alcançou um tronco velho que Deus pusera ali perto, fez finca-pé, levantou-se, tomou pra frente, pra traz, deu com a vista na verdade, tomou por ela e se foi.

— "Birô velho, agora eu chégo. Nosso Senhor foi servido".

E chegou. As ingazeiras fechavam o póço como quem fecha um ninho dentro das folhas. Mas éle sabia tanto que era ali que sorriu mais besta de que menino. Parou na beira do póço, olhou por cima das ribanceiras.

— "Ela não veio, inhô não. A brucuta está dormindo. Quá, quá, quá! Aqui não vejo o seu rasto. Água virge, Senhor S. João! Vou ter meu corpo fechado. Vou curar minhas mazelas..."

Deu um tombo, recuou como se alguém metesse as mãos nos seus peitos.

— "Que cheiro de bôde veio. Ai, ai, ai! Pai de chiqueiro. Satanaz anda no

couro de alguém caindo aqui perto. Perde o teu tempo, capeta. Como-te crú com cachaca".

Trou a quicê da cinta, desaperitou a lmbira, segurou no cóis a calça, deu outro tombo pra frente, puxou por cima a camisa, fez força, bufou, gingou, e a camisa enredou-se no pescoco de Fulô. Então uma "couisa" empurrou e Fulô tibungou nágua como um táco de barreira, foi em cima, foi em baixo, procurou terra nos pés, e a terra — Adeus, seu Fulô! — ... A cabeça lhe zumbia, tal e qual um aripuá. Por cima d'água éle viu os três porquinhos andando e viu bem o bacuráu esparramar-se com as asas por cima dele, sem molhar, sem afundar. Quis gritar:

— "Chico Birô, me acode; Chico Polô, peste, vem cá".

Mas bebeu um goipão d'água... Juntou-se as caiporras tôdas bem no pé da ribanceira e assobiaram sem pena, mangando de seu Fulô. Era um côro de cigarras que um raio da lua acordou.

A madrugada veio vindo, de mansinho, de mansinho, no bico dos sabáis. O olho do sol vê tudo e viu "seu" Mané Fulô emborcado dentro d'água...

Era um sapo cururú...

(Do livro de contos "Cachaça")



* * * * *



ILUSÕES EM SEQUÊNCIA

— O olho humano, ao contemplar o desenvolvimento de uma película cinematográfica, e razão de 40 figuras por segundo, conserva a impressão de cada uma destas, o tempo suficiente para que o cérebro estabeleça a ligação com a figura seguinte, dando a ilusão de figuras animadas.

— Ilusão maior, ainda, têm aqueles que julgam desobstruídas as dificuldades ante-postas à produção comercial. Meu caso, neste particular, é típico, e o único jeito é esperar na fila as encomendas semelhantes às de numerosas companhias congêneres, espalhadas pelos quatro cantos do mundo — diz "Seu" Kilowatt, criado elétrico.

* * * * *

Condecorado Pelo Governo Sueco, o Industrial ARTHUR LUNDGREN

O Governo da Suécia acaba de condecorar o industrial pernambucano Arthur Lundgren, agraciando-o com a Grã-Cruz da Ordem dos Cavaleiros da Wasa, da Casa Real sueca.

Nome ligado ao progresso nacional pelo força poderosa de sua moderna organização fabril disseminada em Paulista, neste Estado, e em Rio Tinto, na Parahyba, o sr. Arthur Lundgren não se deixava empolgar em suas atividades industriais, preocupando-se sempre, durante a última guerra, com a situação da Pátria de seus pais. Filho de sueco, do saudoso industrial Hermann Lundgren que por muitos anos foi consul daquele país, neste Estado, em cujas funções prestou relevantes serviços aos seus patrióticos, o sr. Arthur Lundgren, como bom amigo da Suécia, mantinha uma tradição de família. Assim, quando a Suécia sofria, como um país neutro situado numa das mais terríveis zonas de batalha, com a sua população pacífica atingida por bombardeios frequentes de esquadilhas aéreas desconhecidas, por intermédio da Cruz Vermelha, valiosas doações daquele industrial foram mitigar sofrimentos de cidadãos que vivem o trágico drama que se abateu por quatro anos sobre a velha Europa.

Dai o sentido oficial dessa condecoração que exprime o reconhecimento daquela nação nórdica a um dos seus descendentes que não apenas fala, pela sua projeção no mundo econômico brasileiro, do valor de uma raça ou da vocação de um homem de negócio, mas sobretudo de um cidadão que cultivava com dedicação e espírito de humanidade os estreitos laços que unem a memória de seu venerando pai à sua pátria.

Sua Magestade o Rei da Suécia foi o intérprete da gratidão de seu povo, condecorando o industrial Arthur Lundgren com a Grã-Cruz da Ordem dos Cavaleiros da Wasa, gesto que teve a mais larga repercussão neste Estado, bem expressa nas inúmeras mensagens de felicitações, de figuras das mais ilustre



das nossas classes, que vem recebendo aquele distinguido pernambucano, entre as quais se destacam membros do exército, da marinha e da aviação, da indústria e do comércio e das nossas profissões li-

berais.

Servindo ao Brasil através de uma das mais ativas e eficientes atividades em seu imenso setor econômico, como chefe de uma organização industrial que mantém mi-

lhares de braços humildes do operariado brasileiro em fecundos trabalhos de construção para o presente e para o futuro, o industrial Arthur Lundgren se integra naquele conceito de Wendel Wilke de que "o mundo é um só", voltando o seu espírito e o seu coração para os suecos, justamente quando a adversidade lhes batia a porta, numa sucessão incrível de tragédias. Sem ambições, sem vaidades, fazendo as suas contribuições chegar aos suecos pelo caminho anônimo da Cruz Vermelha, objetivava esse ilustre pernambucano ser útil à pátria de seus pais da mesma forma e com a mesma força como estava sendo útil à sua própria pátria. Era o homem que se voltava para as origens de seu destino com a mesma inquietação de servir, com a mesma emoção de ser útil, com a mesma sinceridade de ser amigo leal e devotado de um povo a que se acha ligado por laços de sangue, de tradição e de exemplos.

Vivendo um mundo agitado de preocupações, de trabalho e de cansaças, o industrial Arthur Lundgren não se deixa ficar marginal ao sofrimento de seus semelhantes e muito menos dos patrióticos de seu velho pai, quando eram assaltados pelos horrores da guerra aérea, cega e sanguinária.

Assim, a comenda que agora lhe é conferida pelo Governo Sueco não é fruto de um gesto protocolar, nem se limita nas medidas sem significação de gentilezas diplomáticas. Reveste-se de algo mais forte e mais significativo. Assenta-se em serviços reais, desinteressados, prestados voluntariamente por um pernambucano que faz questão de manter com a Suécia aqueles traços singulares de união que fizeram do saudoso industrial Hermann Lundgren um sueco pernambucanizado, de coração e de espírito.

Condecorações como a que acaba de receber o sr. Arthur Lundgren falam bem do homenageante e do homenageado, pela sua expressão na forma e no conteúdo, sendo um digno do outro, numa esplêndida reciprocidade.



Nova sede do Banco do Distrito Federal à R. da Assembleia, 72-74 - Rio de Janeiro

PARA SERVIR AO COMÉRCIO E À INDÚSTRIA DO BRASIL

Modelar instituição bancária, o Banco do Distrito Federal S. A., um dos grandes estabelecimentos de crédito do Brasil, com Sucursais, Agências e Correspondentes em todas as principais praças do país, proporciona às forças produtoras nacionais completa e eficiente assistência bancária, prestando ao Comércio e à Indústria uma valiosa cooperação ao seu desenvolvimento.

Banco do **DISTRITO FEDERAL S. A.**

RUA DA ASSEMBLEIA, 72-74

*

Sucursais, Agências e Escritórios nas principais cidades do Brasil

OS CENÁRIOS DE
CHAPLIN

Quando se fazia cinema

Eivaldo Coutinho

A POSIÇÃO de Chaplin na história do cinema reveste-se de uma importância que nenhum pintor ou escultor tem alcançado em seu gênero. Ele delineou uma forma de arte e dentro dela se manteve, até "Luzes da Cidade", como o seu inextinguível realizador. Seria adular a natureza do grande cinema, se se tentasse a distinção entre essa arte e o espírito de Chaplin, de tal modo eram íntimas as relações entre a forma cinematográfica e a atitude de Carlitos em sua fuga permanente.

Para um tema propício a várias especulações, Chaplin moldou um aspecto tão vinculadamente cinematográfico, a ponto de se indagar se, sob outra aparência, não iria fracassar esse motivo de superior hilariedade. Chaplin poderia ter composto cenarizações de tal assunto, orientando-se pelo jogo psicológico das circunstâncias e, no entanto, o fez conduzindo a fuga como um leit-motiv consubstanciado em mímica.

Dessa maneira de expor, inferiam-se a singularidade dos cenários e o consequente estilo de seus filmes. De quantas obras se produziram por meio da câmera, a de Chaplin impressionava, à primeira vista, pela simplicidade de suas cenas, esquecer as suas tocantes variações. Ao espectador menos avisado, os filmes de Chaplin tinham a aparência de algo improvisado, mesmo de deficiente, em técnica. Realmente, em nenhum de seus instantes, a câmera

exercitou os movimentos acrobáticos que em "A Paixão de Joana D'Arc" ou em "Varieté" foram usados com maestria e que tanto entusiasmaram aos que possuíam o cinema uma concepção apenas fotográfica. Em Chaplin, a câmera, captava as cenas sem deslocar-se de seu plano costumeiro de visão.

O motivo dessa sobriedade técnica em cenários como os de "O Garoto", "O Circo", e "Em Busca de Ouro", está no fato de as situações em ato dispensarem exuberância visual de apreconcretizada, consistia em intercalar entre o fade-in e o fade-out, a pantomima da fuga, sem Ao contrário dos cineastas que buscavam o desfecho, fazendo de cada sequência a oportunidade de introduzir outra sequência, a diretiva de Chaplin, tantas vezes sentação, dado que elas são bastante visíveis nos quadros habituais da objetiva. O modo mais simples de aparecer coincidia com a unidade das próprias situações em ato.

O processo chapliniano de mostrar o mínimo escondendo o máximo, que, em outras palavras não é mais que o próprio subentendimento, ajustando-se ao seu leit-motiv, vinha mostrar a inutilidade da ginástica adotada com ou sem oportunidade, no ci-

nema visualizador de motivos literários. A sua compreensão das possibilidades do subentendimento era tão forte que na obra "Casamento ou Luxo", da qual o tema da fuga não participava, foi ele usado, como a indicar aos seus continua-

dores que nisso consistia o verdadeiro caminho do cinema, em qualquer de seus gêneros, inclusive no documentário.

O estilo da continuidade, por ser uma decorrência de sua maneira de compôr, revelava a



Carlitos

A LEI DO LOCAL

as filmagens necessárias, como se as conjunturas imagens fossem naturais ao ambiente à semelhança de suas árvores. A objetiva de Chaplin era estritamente regional para cada filme; não buscava, para se fazer compreendida, complementações exteriores, certo de que se perdia a câmera que muito se deslocava.

Há um mínimo de mobilidade que preenche todas as exigências. Há, mesmo, certas imobilidades que fecundam a imagem, inoculando-lhe absorvente poder de contágio sobre outras imagens, e, assim, de sua presença poder-se-á dizer que é visualmente criadora. A circunstância de uso de ângulos e de planos no cinema provir de David W. Griffith, visualizador de enredros literários, e não de Chaplin, visualizador de situações em ato, traduz modos diversos de abordar a imagem: um que procurava captá-la em função de fatores estranhos, e o outro que insistia em expor, da só imagem, a sua essência visualizável. Isolada e imóvel, pode a imagem encerrar graus de subentendimentos, expor ausências configuradas, transmitir as aparições como, por exemplo, nas ocasiões em que, imitando certos corpos químicos, outras imagens adquirem novo significado à vista daquela que, imóvel, oferece, nesse ato de catálise, apenas a sua presença. A imobilidade da imagem alegórica é que se afigura estéril, dado que a sua interferência sobre as outras é nula e o seu sentido de presença depende de sua própria designação. E se, pelo requinte de um cenarista voltado para a escultura, aparecer essa face alegórica, além de destoar

sumia uma feição peculiar sobriedade, e asilar, inconfundível, consequentemente, com qualquer tratamento do cinema linguagem. O tratamento — essa expansão da imagem no espectador — adveio do próprio Chaplin; pairando sobre situações em ato, o seu estilo aproximava-se daquele que o olho humano, em estado receptivo, pode assimilar nos flagrantes cotidianos.

Com os recursos do subentendimento, e certo de que a plástica reside no aproveitamento expressional da ausência, os cenários de Chaplin mostravam, de seu personagem, os momentos em que este corporificava o motivo da fuga. Configurando-se em ato, esse tema se processava em cenas ou em sequências de variada intensidade. A técnica de cenário, no que toca à continuidade, diferia, assim, da maneira de expor comum no cinema linguagem. Se se for buscar, na literatura, uma obra que, pelo arranjo dos capítulos, lembre a sucessão de sequências em Chaplin, nenhuma outra o faria como o "Don Quixote". Em cada um deles está, implícito, o caráter da figura central, não sendo necessário ler todo o livro para se perceber dos componentes filosóficos de "Don Quixote". De maneira semelhante, cada sequência de Chaplin, quando não uma simples tomada de cena, era o bastante para se vislumbrar a conduta de Carlitos perante o mundo: de fuga, a um tempo, cautelosa e hostilizada.

Mas o que faz de "Don Quixote" um personagem literário é a facilidade de conjecturas. O monólogo significa mais que um suplemento de pessoa; é substancial ao ser dessa personagem. Em Carlitos havia uma pura exteriorização de gestos. Convergiam para ele, todas as coisas, completando, assim, a unidade e o sentido da ação. Como uma atmosfera indispensável ao ato de fuga, os objetos, os homens que o cercavam, pareciam em função de Carlitos: Ele se movia e todas as coisas iam no seu cortejo. Os policiais que o aterrorizavam eram gigantes mal humorados, para que mais se evidenciasse a humildade própria; as mulheres, muito belas, a fim de que interferisse o seu espírito de renúncia.

As peripécias que envolvem o ato de fuga, por sua vez contagiadas pela sobriedade visual de quem recusava permanecer, requeriam da câmera unicamente a perspectiva normal e conforme ao princípio de que, como presença criadora, mais vale um fragmento da paisagem que a paisagem inteira; e tanto mais viva a situação de fuga quanto mais subentendidos foram os métodos que a configuravam.

Havia, desse modo, uma tal equivalência entre o ato de fuga e a face que era sempre uma antecipação ao subentendimento; existia uma articulação tão intrínseca entre a imagem e o pensamento de Chaplin, que se impõe, por mais de uma vez, a idéia de o personagem Carlitos ser irrealizável sob forma diversa.

EM CHAPLIN, o "leit-motiv" da fuga, expressando-se através de situações em ato, não impunha exclusividade de ambiente, tanto valendo, para cercar a vivência de Carlitos, a neve dos montes como o casario das cidades. Sendo esse "leit-motiv" adequado a qualquer latitude, o ser fugitivo que era feito de delicadeza hostilizável, assumia o aspecto de um ente universal, sofrido onde quer que se encontrasse e, o que é curioso, se articulava de tal maneira à terra onde se detinha, como se fora organicamente íntimo de todas as coisas que passavam com ele. Mas, o que era ainda mais curioso, essa intimidade (e não será a única explicação para a sua uniformidade de conduta relativamente aos diversos locais?) derivava de sua própria posição de inadaptado. Por não ser de nenhuma parte, Carlitos vivia em todas elas. Arraigava-se ao ambiente com o intuito de permanecer e, quando sobrevinha a fuga, essa intimidade com as coisas tornava possível a variedade dos subterfúgios. Quando o personagem escapava da terra, a câmera impregnava-lhe a pessoa de inferências locais, de modo que a fuga se revestia, assim, de peripécias incontáveis.

Um das preocupações mais vivas de Chaplin era o emprego irredutível da lei do local, aquela que determina, para a exteriorização do assunto, — aparecendo nele em forma de situações em ato e não de história — que tudo há de ser dito com as imagens disponíveis do ambiente. Para isso, o local oferecia, sem adulterações de sua lógica facial,

de caráter fecundante transitório que toda imagem deve possuir, ela ver-se-á diluída na sucessão das cenas.

A idéia da fuga, que sugeria tanta possibilidade de representação metafórica e simbólica, era transposta em imagens sem as articulações de faces e de planos adotadas por um Poudovkine, ou por um Griffith. A face real e a sua disponibilidade para o subentendimento, constituíam a base do cinema de Chaplin. Certo de que as imagens, como as vê o olho humano, bastavam, em seus planos sucessivos, para exprimir o sentido das situações, Chaplin evitava, no tocante ao ritmo e à sinonímia, a abundância de faces, sendo a esse respeito de uma parcimônia que, aos menos avisados, parecia indigência.

Ao expressar a idéia da fuga e qualquer de suas decorrências, (em cada sequência de Chaplin havia um mundo de derivações, de colaterais do mais fino humor) utilizava a imagem até o instante em que a sentia cinematograficamente esgotada, ao contrário daqueles visualizadores da literatura que se esmeravam por iniciar a idéia com uma imagem e terminá-la com outra imagem, quando uma apenas seria bastante para levar o sentido à mente do espectador. Embora obedecendo à lei do local, essa mecânica do símbolo significava, como nas obras de David W. Griffith, uma espécie de burla à norma criada, à maneira de clássico e irrevogável princípio, em proveito da própria estrutura específica do cinema. Deter a câmera equivalia a uma disciplina substancial à própria imagem. Longe de tentar as incursões de um

Poudovkine, sem transferir a câmera de seu campo de filmagem, David W. Griffith aplicava, de algum modo, a lei do local, porém o fazia contrariando uma lei menos geral mas inclusa naquela: a lei da imagem, segundo a qual uma face, somente por sua importância, deve ser posta ao lado, proporcionando à outra uma posição no tempo.

Se a figura de um homem no leito, e dadas as cenas anteriores, conduzia ao espectador a idéia de morte imediata, somente o gesto corriqueiro a interromperia, substituindo-a por uma chama que se apaga. Muitos símbolos desse gênero desvirtuaram o cinema linguagem mas nenhum deles, quando repleto de força evocativa, conseguiu notabilizar os seus realizadores. A obra mais completa do cinema, narrativa literária, não foi "Tempestade sobre a Ásia", de Poudovkine, nem "Napoleão", de Abel Gance; foi "A Turba", de King Vidor, onde a objetiva procedeu como um olho humano extremamente penetrante, contando as passagens do cotidiano conforme o local as apresentava.

Condicionada aos limites do ambiente, a câmera de Chaplin adotava para grandes pensamentos as imagens do cotidiano — um cotidiano peculiar e filosófico —, elevando-as, quase sempre, ao mais alto grau de oportunidade, como se todas ofertassem uma disponibilidade infinita. Elas tendiam a Carlitos como se ele, onde estivesse, modificasse, ao móde de sua vivência, todos os componentes do background. As figuras humanas e os objetos que ladeavam esse personagem, compunham, para maior sentido e unidade da fuga, peripécias de qualidade eminentemente cômica. A presença de Carlitos transfigurava as coisas que, em seguida, desbarriam sobre ele.

A Infancia de Eça de Queiroz

(Continuação da pág. 5)

das dos que então pontificavam, começou a empurrar para um plano secundário as noções morais que havia adquirido na infância. Inconscientemente, suspeitou que, aderindo às idéias dominantes, encontraria um caminho seguro para a libertação de seus recalques. Foi, aos poucos, vencendo a timidez que o tolhia dentro em breve entrou a tomar parte ativa nos acalorados debates em que se discutia a existência de Deus e se gritava contra a burguesia. A sociedade portuguesa era posta abaixo impiedosamente. Refere António Cabral que "a companhia dos botas-abaixo, de que Eça de Queiroz era a principal figura, nunca teve propósitos de reconstruir; tratou somente de botar abaixo. Pensou apenas em destruir, em demoler, em derrubar, sem expor uma só idéia de concreto, um só plano de recordação, uma só medida de restauração ou de emenda". Com efeito, o impulso que o conduziu a filiar-se à curiosa "companhia", foi o mesmo que o levou a associar-se, mais tarde, a Ramalhão Ortigão, para a campanha memorável das "Farpas"; destruir todas as noções ditas respeitáveis, todos os obstáculos que pudessem impedir a satisfação subconsciente dos seus impulsos reprimidos. Tanto foi assim que, Ramalhão, casado de demorir, resolveu finalmente encetar a reconstrução do mundo português, mas Eça, diante de tal resolução, que violentamente se chocava com os seus desejos inconscientes, retraiu-se e negou-se a apoiar o amigo, como confessou num artigo publicado na *Renascença*: "As Farpas, segundo as declarações do editor, tinha dois mil assinantes; isto representava de cinco a seis mil leitores; se, propunha ele (Ramalhão), aproveitando um tal auditório, nós lhe ensinássemos alguns princípios? Fiquei atestado: ensinar! Eu era, sou ainda, em filosofia, um turista facilmente cansado, em ciência um dilettante de coxia. Converter a alegre catapultinha numa austera cadeira de professor!... Fui prudentemente para a Havana".

Foi também essa necessidade de destruir a censura, aliada às condições de sua origem, que deram ao seu espírito a feição irônica que tão superiormente o caracterizou. Considerava o riso a mais terrível arma de que um homem pode fazer uso. Escreveu algures que, se passarmos uma gargalhada repetidas vezes por uma instituição, a instituição desmorona-se. E fez largo uso do ridículo para chegar ao seu fim.

Nas "Prosa Bárbaras", que Guerra Junqueiro chamou a "epilepsia do talento", não há, propriamente, verdadeira manifestação artística. Todos aqueles folhetins, que provocaram galhofas pela incrível quantidade de abutres que sobre eles esvoaçam, pertencem, como dissemos, à categoria das obras imitativas. O romancista ainda não alcançou a capacidade de criar, limita-se a repetir pensamentos alheios, embora marcados pela sua maneira pessoal, pelo seu estilo que se forma, facultando, talvez, a previsão do grande escritor que viria a ser.

Leia neste número de

NORDESTE

as bases do sensacional concurso de romances

CAIXA DE CRÉDITO COOPERATIVO

TAXAS MÓDICAS — DÊ-NOS PREFERÊNCIA



- DESCONTOS E EMPRÉSTIMOS A COOPERATIVAS
- CUSTODIA DE TÍTULOS E VALORES
- COBRANÇAS
- TRANSFERENCIA DE FUNDOS
- DEPÓSITOS PARA CAUÇÃO



A CCC é uma instituição bancária especializada no financiamento às cooperativas, visando especialmente a produção de gêneros alimentícios. * Todos recursos disponíveis encaminharemos a essas organizações. Todos devem dar-nos preferência, sobretudo as populações das cidades, que vivem angustiadas com as dificuldades de abastecimento.

TAXAS PARA DEPÓSITOS com garantia do Governo Federal

C/C DE MOVIMENTO, SEM LIMITE	4% a. a.
DEPÓSITOS POPULARES ATÉ CR\$ 50.000,00	5% a. a.
A PRAZO FIXO 6 meses	5,5% a. a.
12 meses	6% a. a.
EM CAUÇÃO S/CONTRATOS	4%

*

MATRIZ: — RUA DO MEXICO, 128-B — RIO DE JANEIRO
 AGÊNCIAS: — RUA 7 DE ABRIL, 173 — SÃO PAULO
 RUA 7 DE SETEMBRO, 1100 — PORTO ALEGRE

THE GREAT WESTERN OF RAILWAY COMPANY LIMITED

SERVIÇO DE BAGAGEM

Providencie o despacho de suas bagagens com a devida antecedência, evitando atropelos de última hora, cooperando assim para a marcha dos trens em seus horários.

Não procure conduzir, nos carros de passageiros, volumes excedentes de 30 quilos, pois volumes de maior peso e grandes dimensões podem ser apreendidos nos trens a fim de ser despachados, sendo aplicadas ao frete as tarifas em dobro, com o peso mínimo de 50 quilos.

Verifique se suas bagagens estão dísticas com o nome do receptor e estação de destino, retirando dos volumes todos os dísticos usados.

A falta de dísticos muitas vezes resulta no desaparecimento de volumes e consequente aborrecimento a quem os despacha.

*

TOMAR O TREM EM MOVIMENTO É PERIGOSO

COMODIDADE - RAPIDEZ - ECONOMIA - SEGURANÇA

Recife, 13 de maio de 1947.

A ADMINISTRAÇÃO

A Igreja e o Corporativismo

(Continuação da pág. 8)

- (1) — "Periódica", revista da Pont. Universidade Gregoriana, de Roma, que costuma transcrever os Documentos Pontificios, 1943, pg. 70.
- (2) — "Rerum Novarum", edição latina da Pont. Univ. Gregoriana, Roma 1937, n.º 15. Todas as citações da "Rerum Novarum" e da "Quadragesimo Anno" serão feitas segundo esta edição.
- (3) — Ed. cit., n.º 82.
- (4) — Ed. cit., n.º 89.
- (5) — Periódica, 1946, pg. 84.
- (6) — Editora Mirante, sem data, pg. 76.
- (7) — Apud R. P. Delaye, "Per Conoscere il Comunismo", trad. Ital., Roma, 1937, pg. 80.
- (8) — Transcrita na "Revista Eclesiástica Brasileira", Petrópolis, vol. VII, 1947, pg. 182.
- (9) — Ed. cit., n.º 38; cf. n.º 28.
- (10) — Periódica, 1940, pg. 101.
- (11) — Ed. cit., n.º 88.
- (12) — Ed. cit., n.º 41.
- (13) — Periódica, 1941, pg. 229.
- (14) — Periódica, 1941, pg. 236.
- (15) — Periódica, 1946, pg. 84.
- (16) — Periódica, 1940, pg. 56 e 58.
- (17) — Ed. cit., n.º 42.
- (18) — Periódica, 1940, pg. 101.
- (19) — Periódica, 1941, pg. 231.
- (20) — Apud "La Carta del Sindicalismo cristiano", Instituto Pio XI, Paris, trad. esp., Buenos Aires, 1900, pgs. 145-154.
- (21) — Art. 140 — "A economia da Produção será organizada em corporações, e estas, como entidades representativas das forças do trabalho nacional, colocadas sob a assistência e a produção do Estado, são órgãos deste e exercem funções delegadas de poder público".
- (22) — Art. 138 — "A associação profissional ou sindical é livre. Somente, porém, o sindicato regularmente reconhecido pelo Estado tem o direito de representação legal dos que participam da categoria de produção para que foi constituído, e de defender-lhe os direitos perante o Estado e as outras associações profissionais, estipular contratos coletivos de trabalho obrigatórios para todos os seus associados, impor-lhes contribuições e exercer em relação a elas funções delegadas de poder público". — O N.º III "Carta del Lavoro": — "L'organizzazione sindacale o professionale è libera. Ma solo il sindacato legalmente riconosciuto e sottoposto al controllo dello Stato, ha il diritto di rappresentare legalmente tutta la categoria di datori di lavoro, o di lavoratori, per cui è costituito: di tutelare, di fronte allo Stato e alle altre associazioni professionali, gli interessi; di stipulare contratti collettivi di lavoro obbligatori per tutti gli appartenenti alla categoria, di imporre loro contributi e di esercitare, rispetto ad essi, funzioni delegate di interesse pubblico".
- (23) — Art. 9.º — "Cindida uma classe e associada em dois ou mais sindicatos, será reconhecido o que reunir dois terços da mesma classe, e, se isto não se verificar, o que reunir maior número de associados". § único: — "Ante a hipótese de preexistirem uma ou mais associações de uma só classe e pretenderem adotar a forma sindical, nos termos deste decreto, far-se-á o reconhecimento, de acordo com a fórmula estabelecida neste artigo".
- (24) — Art. 120. — "Os sindicatos e as associações profissionais serão reconhecidos de conformidade com a lei". § único: "A lei assegurará a pluralidade sindical e a completa autonomia dos sindicatos".
- (25) — Art. 516. — "Não será reconhecido mais de um sindicato representativo da mesma categoria econômica ou profissional, ou profissão liberal, em uma dada base territorial".
- (26) — Cf. "L'Année Sociale", Genève, 1936, cf. "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", Rio de Janeiro, Fevereiro de 1937, pg. IV.

Aguarde

No Proximo Numero:

"MALA DOS ESTADOS"

Informações e comentários

Em visita á Santa Teresinha, os participantes da VII reunião da Associação de Normas Técnicas



Dois expressivos flagrantes da visita dos caravanheiros da VII Reunião de Normas Técnicas á Usina Santa Teresinha

A caravana da Associação Brasileira de Normas Técnicas, reunindo-se presentemente no Recife, chefiada pelo dr. Paulo Sá, chegou á estação Central ás 6 1/2 horas da manhã, de onde partiu rumo á Usina Santa Teresinha, em trem especial gentilmente pôsto á sua disposição pela alta administração da Great Western. Acompanhando a comitiva, seguiram a comissão organizadora da A. B. N. T. no Recife, composta dos engenheiros drs. João Holmes, Maurício Coutinho, Pelópidas Silveira e Maurício Coutinho. Acompanhando ainda a comitiva, seguiram os drs. Guilherme Pessoa de Queiroz, Leopoldo Lima e Moreira Neto, representando a Usina Santa Teresinha. A viagem decorreu toda ela muito animada, fazendo parte da excursão os artistas da Rádio Clube, Sebastião Lopes, Sivuca, Ernani Dantas, Emanuel Silva, Emanuel Reis e o grande bandolimista Lupercio Miranda, da Rádio Nacional, especialmente convidado pela Usina Santa Teresinha, em homenagem aos visitantes. A comitiva chegou a Palmares ás 10 horas, tendo ali oportunidade de apreciar a estação inicial da Usina, instalada em lindo edifício e, também, a ponte pela mesma empresa construída sobre o Rio Una, com a extensão de 50 metros. De lá rumaram á Santa Teresinha, apresentando, durante o percurso, o Túnel, obras d'arte, cortês e a-bertos, do trecho dessa ferrovia particular.

A minha chegada a comiti-

va ás 11 1/2 horas, sendo ali recebida pelas famílias José Pessoa de Queiroz e Jayme Ramalho Costa e hospedados todos na Casa Grande, em cujo pátio o Grupo Escolar João Vicente de Queiroz lhes preparou fidalga recepção.

Uma professora fez a saudação aos excursionistas, tendo as alunas recitado e cantado diversos hinos. O dr. Paulo Sá e senhora, comovidos com a expressiva homenagem, agradeceram em nome de todos as palavras dirigidas á comitiva.

Logo a seguir, os ilustres hospedes foram convidados para correr toda a residência, sendo-lhes logo após servido o churrasco, que decorreu em ambiente de grande cordialidade.

Falou, em nome do sr. José Pessoa de Queiroz, o dr. Leopoldo Lima e, em nome dos visitantes, o dr. Heitor Lahmeyer. Após o "churrasco", os visitantes dirigiram-se á Usina. Distribuíram, Oficinas e demais dependências da Usina, tendo ainda percorrido parte da zona agrícola e vila operária. Uma esquadilha de seis aviões de Aviação Clube de Pernambuco sobrevoou a Usina, em homenagem aos visitantes e foram portadores de um officio daquela agremiação, mandado pelo seu presidente, sr. Mário Pena, de siglando o aluno do curso de pilotagem Ricardo Pessoa de Queiroz para saudar a comitiva. A tarde, novo lunch á comitiva e novos números de música, a cargo dos artistas já menciona-

dos. Nessa ocasião, a snra. dr. Maurício Coutinho cantou, com muita expressão, a Canção Pernambucana, a canção da Indústria, a canção do Recife, com o mesmo entusiasmo e a mesma vibração, satisfetos de terem encontrado, a 163 quilômetros da capital, uma nova civilização que ali se criou e vai crescendo sob o controle e o gênio criador de José Pessoa de Queiroz, honrando assim as velhas tradições de Pernambuco e patrio que de futuro haja um Brasil maior e melhor pelo trabalho construtivo dos seus filhos.

Foram as seguintes, as pessoas que tomaram parte na excursão:

Paulo Sá e família, Eudoro Berlinck e filho, Eurico Pedrosa, Labieno Barros Machado e senhora, F. I. Araújo Silva e senhora, Agnaldo Barcelos e senhora, Lúlia Alberto Pedrosa e senhora, Antônio Noronha e senhora, Antônio Noronha Filho, senhorita Christina Noronha, José Arnanha Pereira e senhora, Antônio Napoleão Neto e senhora, Paulo Bejello e senhora, F. I. Maffei e senhora, Pontes Vieira e senhora, Pedro Passos, José Carvalho, Edgar Fonseca e senhora, Lúlia Alberto Pedrosa e senhora, Paulo Pereira e senhora, Agostinho Sá e senhora, Jorge Olivieri e senhora, srta. Fonseca Costa, srta. Sá Barbosa, srta. Briggs e Pimenta, Schmidt Mendes e senhora, Lucílio Biraga e senhora, Ivo Wolff e senhora, Pedro Santini, Mariano Ferraz, Alcinô Guanabara Filho, Maria da Glória

Catanhede, Léia Carneiro Leão, Maria da Conceição Salazar, Wanda Boglietti, Alba Torres, Yolanda Tavares, Yolanda Queiroz, Camilla Rolim, Frieda A. M. Hoffmann, Leonardo Carichio e senhora, Heitor Lahmeyer, Paulo Magalhães Gomes, Paulo Dutra da Silva, Temistocles Coutinho, Mário Brandi e senhora, Franklin Gressio, Hélio Vianna, Walter Eisenlake, Ludwig Forster, dr. Botelho e senhora, Alberto Sinay Neves e senhora, Marcelino Arruda, Isabel Guimarães, Pedro Cavalcanti, Maria da Conceição F. B. Cavalcanti, William Scott, Ana de Moraes Carvalho, Maria Emilia Pinto Sete, Pelópidas Silveira, Murilo Coutinho e senhora, Roberto Azevedo e senhora, Oscar Pinto e família, Maurício Coutinho e senhora, Edgar Amorim, Lauro Borba, André Escerra e família, Sizenando Carneiro Leão, João Egorha e família, Cruz Ribeiro e senhora, João Holmes, Nazareno Barreto e senhora, dr. José M. da Justa, dr. Aquilino Porto, Freiliano Barbosa, Mrs. Baltham e senhora e Agnaldo Barcelos Filho.

O DISCURSO DO DR. LEOPOLDO LIMA

Foi o seguinte, na íntegra, o discurso pronunciado pelo dr. Leopoldo Lima, saudando os excursionistas:

Senhores e senhores: De dupla honra desvanecemo-nos neste momento: a de estar dirigindo a palavra a figuras tão proeminentes da engenharia, da ciência da indústria, vindas de círculos os mais cultos do país; e a de fazê-lo em nome de um amigo dileto, embora sem a rutilância que nele encontraríeis se acaso aqui ele estivesse para receber-vos.

Senhores: Imprevistáveis circunstâncias obstaram a José Pessoa de Queiroz de estar aqui para dirigir-vos as boas vindas, que nele flamejariam como vivas e marcantes expressões das mais puras tradições de acolhimento da boa gente nordestina.

Nele, na sua inteligência e na riqueza de sua tempera, encontraríeis o anfitrião incomparável, movendo-se na desenvoltura da arte de bem receber que se poderia consagrar como peculiaridade dos aborígenes dos rincões onde agora fazéis ressoar o alto estrépito de vossas botas viajantes. E então, êle, vos autorizada, e não eu — simples intérprete — agradecer-vos-ia a preferência nessa visita ás zonas rurais do Estado, a escolha da Usina Santa Teresinha para afeição do quanto há conseguido a mão do homem, associada ás exigências da técnica e concorrendo para o maior aproveitamento dos recursos naturais da nossa região. Seria êle que vos mostraria essa organização agro-indus-

trial e comprovaríeis a rigorosa planificação dos trabalhos nela executados, principalmente pela circunstância de terem sido idealizados e levados a efeito pela obstinação e o arrôjo de um só homem.

E, esse homem, de espirito bandeirante, dir-vos-ia que nem sempre encontraríeis aqui o verde tremular dos canaviais que deante de vós se erguem; nem a paisagem ferida por sonolentos bovinos; nem o rumor de turbinas violando a serena tranqüillidade dos refúgios da vida campestre e da fisionomia canavieira de Pernambuco. Êle vos diria o que foi a odinês dessa organização fuminada pelo catolicismo de 1930. E vos contaria os incidentes desses momentos angustiosos: um consólio de credor americano, apoiado na dobra do governo revolucionário de '30; consólio que somente em 1934 veio a ser colocado em seus justos termos graças á reparadora interferência de Leonardo Truda, Sousa Costa e Oswaldo Arnanha. O primeiro rouboado no nosso convívio quando mais precisávamos do fulgor de sua inteligência e de sua cultura equacionadora de nossos problemas econômicos; o segundo, financista de comprovada capacidade e de largo descoltino; o terceiro, dotado de cultura e formação endodermicamente continental, sempre em dia com as mais justas aspirações da coletividade interamericana.

E, por fim comprovaríeis que as intempéries foram subjugadas por um só homem, que contou como único amparo, o dos filhos, logrando a custa de tenacidade, dominar o malefício da mesquinha política adversa; e hoje apresenta uma das melhores distilarias do mundo dentro de uma das mais poderosas usinas do Brasil. Isso êle vos mostraria agora; como também se êle vos mostraria a Cia. Usina do Outeiro, adquirida no pressuposto de novas agitações, e que este ano será a segunda do Estado do Rio, em produção, e em 1943 a maior do território fluminense.

Senhores: Vindo a Pernambuco, entráeis em contacto com uma terra de ardentíssimos sofrimentos. Com uma terra que vos oferece o contrastante espetáculo de uma pobreza majoritária cada vez maior, em troca de um conforto material minoritário cada dia mais incompreensível. E aquilo que a muitos de vós ocorrerá como expressão de resistência anti-reacionária encontra nessa gleba a sua mais rígida expressão confirmativa.

Aqui, para citar uma recente expressão do professor Paulo de Sá, não podes "a inclemência de uma climática madrastra anular o esforço incansável do nordestino persistente"; pois o homem em cujo nome vos saúdo, êle

também, nordestino de boa tempera, vitorioso aqui no vale de Jacuipê foi também plantar no vale de Muriahé com a mesma fremente vitalidade e com a mesma destinação de vencer.

Senhores: Excedei talvez os limites da vossa bondade. E por conta própria, contrariei a congênita modestia do meu dileto amigo José Pessoa de Queiroz. Mas ocupei, propositalmente, a vossa atenção para fixar o que de trabalho que agora recebe a vossa honrosa visita. Saliente, sem dúvida, a posição que "Santa Teresinha" ocupa na indústria açucareira do Brasil. E, justamente, como decorrente dessa posição, os dirigentes da Usina Santa Teresinha sentem que nem tudo se fez ainda para conduzir essa indústria dentro das exigências imprescindíveis ao seu pleno desenvolvimento. Dessa convicção, outra surge igualmente incontratável: a de que muito depende êle do esforço dos homens de ciência do Brasil. Dal o interesse que aos dirigentes dessa Empresa desperta a vossa presença no Recife, dado que a ela se relaciona o exame de problemas entre os quais se incluem os mais diretamente ligados á indústria básica da economia pernambucana.

Senhores: Saudamos em vós os pregoeiros de novos tempos, a guarda avançada da ciência e da técnica no Brasil progressista. Pois, para nós, os amantes uma "equipe" de engenheiros e químicos está prestigiando a nossa província com a sua presença. Vistes colocar a vossa cultura e o vosso patriotismo ao serviço da terra comum. E o fazela como de vós o esperavamos: com o desvelo de bons irmãos que desejam apenas servir e honrar a pátria. E dos vossos trabalhos na reunião do Recife, fatta será a colheita de benéficos resultados. Homens de ciência, laborais para que a mesma geração que desintegro o átomo, saiba integrar a Humanidade nos seus impercíveis ansiosos de felicidade. E fazeis com que a ciência, tão a mídte sollicitada para separar os povos, venha recuperar-se como fator de unidade dos povos.

Levantando a minha taça para, em nome de José Pessoa de Queiroz, brindar ao pleno êxito da vossa 7a. Reunião, faço-o na certeza de que estais abrindo novos caminhos de prosperidade ao Brasil e traçando novas diretrizes para a técnica nacional.



O dr. Leopoldo Lima quando agradecia, em nome do sr. José Pessoa de Queiroz, a visita dos caravanheiros

PROTESTAMOS

Os portugueses abaixo assinados, legítimos portugueses que amam sinceramente a sua Pátria e adoram verdadeiramente o Brasil, que consideram a sua segunda Pátria, entristecidos e revoltados com a decisão que demitiu do cargo de Vice-Cônsul, sem motivos justos, o seu velho amigo Snr. JAIME FERREIRA DOS SANTOS, cargo que, na sua investidura, exerceu sempre com dignidade, inteligência e grande afeto, realizando a melhor aproximação luso-brasileira, como reconhece a distinta sociedade pernambucana, protestam contra semelhante iniquidade que interpretam de impatriótica e afrontosa à decência das tradições da Colônia Portuguesa domiciliada em Pernambuco.

Alfredo Antônio Fernandes
 Maria Adelaide Botelho Fernandes
 Marcelino Ferreira de Azevedo
 Antônio Frutuoso da Mota Júnior
 José Nascimento Amaral
 José Duarte Areia
 Joaquim Duarte Areia
 Manuel Salsa da Silva
 Manuel Rodrigues Braga
 Isabel Pinto Braga
 Neuzi Braga Campos
 Joaquim Ferreira de Azevedo
 Agostinho Nogueira da Silva
 Alberto Nogueira da Silva
 Manuel Nogueira da Silva
 Antônio Naples Afonso de Carvalho
 Asceção Alves Maia
 Antônio Martins Leitão
 Alfredo Correia dos Santos
 Serafim da Silva Matos
 João Afonseca Lapa
 Antônio Ferreira de Almeida
 Maria Adelaide Almeida
 Antônio Cunha Muniz
 Artur Rodrigues Laranjeira
 Domingos Rodrigues Laranjeira
 Antônio Rodrigues Laranjeira
 Joaquim Laranjeira
 Ventura Nogueira da Costa
 João Ferreira Rodrigues
 Armando Pereira Pinto
 J. Nogueira da Silva
 Antônio Soares Machado
 Joaquim Francisco Ramos
 Marcelino Francisco Ramos
 Inácio dos Santos
 Manuel Miguel de Sousa
 João Sousa Miguel
 Mário Sousa Miguel
 Amélia Lopes Ferreira
 Albino José da Silva Maia
 Alfredo Alves Diniz
 Manuel de Sousa Gomes
 Custódio Gonçalves Beltrão
 Bernardino Dias de Oliveira
 Carlos Souto Pena
 Joaquim Correia de Carvalho
 Manuel José Amorim
 Henrique Duarte Gomes
 José Martins da Costa
 Antônio de Oliveira Póças
 Camilo Pires de Brito
 Antônio Costa Oliveira
 Manuel Costa Oliveira
 Antônio Marques Aveiro
 Oscar Lopes Albeiro
 Armando Mota de Almeida
 Antônio Mota de Almeida
 Ernesto Matos

Manuel Pereira Aires
 Acácio Augusto Alves
 Mário Dias da Costa
 Januário Gonçalves
 José Cascão
 Manuel Dias Simões
 José Antônio Amaral
 Abel da Costa Rezende
 Antônio Lopes dos Santos
 José Ribeiro de Sousa
 Arlindo A. Angeiras
 Valdemar Angeiras Ferreira
 Antônio Almeida Matos
 Antônio de Araújo Brandão
 Américo Martins
 Joaquim Rodrigues Costa
 José Pereira da Silva
 José Dias Capela
 Antônio Azevedo Cruz
 Carlos Ferreira Maia
 João Antônio de Oliveira
 Cândido Valentim de Oliveira
 Antônio Rodrigues da Costa
 Joaquim Alves de Sousa Júnior
 Bernardino Rodrigues da Costa
 João Martins da Rocha
 Américo da Cruz Crato
 Manuel da Mota Vieira
 Joaquim Vicente da Silva
 Guilherme Lucas Varela
 Cândido Rocha
 Alberto Capela
 Alberto Fernandes Costa
 Lucas da Silva Lucas
 José da Silva Gomes
 Manuel de Azevedo Ramos
 Aloisio Augusto Tedim Leite
 Joaquim Azevedo Maia
 José Martins dos Reis
 Manuel Vaz Coutinho
 Rúben da Silva Farias
 Aureliano Correia Farias
 Vitor da Silva Farias
 Plácido da Costa Jales
 José dos Santos Moreira
 Antônio da Silva Duarte
 Manuel Moreira Alexandre
 Antônio Alves de Magalhães
 Antônio Luiz Mendes
 André Luciano dos Santos
 Antônio dos Reis Ferreira
 Bernardino Rodrigues Bastos
 Celestino Costa
 Manuel Fernandes dos Reis
 Ferreira
 Joaquim Gomes da Silva
 Antônio Alves Castelo Branco
 Antônio das Neves Silva
 Henrique Duarte Paiva
 Francisco Fernandes Bravo
 Diniz Fernandes Bravo
 Júlio Lopes Ramos



Jaime Ferreira dos Santos

Domingos Ramos
 João de Pinho
 Alves da Cruz
 Franklin Carvalho
 Manuel Carlos Lopes
 Manuel dos Santos Araújo
 Joaquim Augusto de Brito
 Amadeu Diniz
 Antônio Nunes
 Domingos Fernandes
 Januário Gonçalves da Hora
 Antônio Luiz dos Santos
 José Serra
 Antônio G. Dias
 Osvaldo Andrade
 Fausto Ribeiro
 José da Silva Cabral
 Mário Costa
 Antônio Queiroz de Oliveira
 Maia
 Antônio Augusto Leite
 Alexandre Alves Ribeiro
 Antônio Duarte
 João Ferreira Lopes
 José Rodrigues Trigueiro
 Augusto Bernardo Alves
 Antônio Emilio
 João José Ferreira
 Arnaldo Garcia de Lina
 José Nunes
 Fernando de Sousa Freitas
 José Cardoso
 Abel Pereira da Costa
 Sebastião Pereira da Costa
 João Pereira da Costa
 José Ferreira Cardoso
 Daniel Luiz da Silva
 Joaquim da Costa Silva
 Joaquim da Silva Vieira Maia
 Joaquim Ferreira Maia

José Antônio Botelho dos Santos
 Bernardino Vieira Maia
 Joaquim de Sousa Neves
 Joaquim Cordeiro
 Antônio José Correia
 Carlos Costa
 Joaquim Oliveira Costa Macedo
 Mathusalem Alves Angeiras
 José Sousa
 Manuel Martins da Silva
 Alberto Ferreira
 Artur Esteves Villas
 José Joaquim Esteves Villas
 Francisco José de Sousa
 José da Costa Maia
 Mário Ferreira da Costa Maia
 Albertina Ribeiro Maia
 Domingos Dias da Costa
 Antônio Francisco Maia
 Albino Augusto Correia
 Américo Gomes Barbosa
 Abílio Gomes Botuca Nova
 Florinda da Silva Mações
 João Maria Teixeira
 Antônio Lopes
 Manuel Fernandes Matos Abreu
 Ubaldo Soares de Almeida
 Antônio Bessa
 Maria Isabel Marreiros e Abreu
 José de Oliveira Salgado
 Armando Rodrigues Branco
 Manuel José Ferreira
 Elísio Campos
 Irmão Campos
 Antônio Campos
 Antônio Paz
 Luiz Ramalho
 David Gonçalves
 Manuel Tavares
 José dos Santos
 José Alves de Pinho
 Antônio Marques Simões
 Manuel Augusto Fernandes
 Cândido José da Silva
 Ernesto Nunes Silva
 José Augusto Silva
 Maria Filomena Silva
 Manuel de Matos Filho
 João Alves Amorim
 Américo Alves Amorim
 Américo Pestana dos Santos
 Américo José Carneiro
 Joaquim Moreira Torres
 Bartolomeu Agostinho da Cunha
 Alberto Augusto Silva
 Milton Marques da Silva
 Francisco Augusto
 Margarida da Silva Vieira
 Afonso José Correia
 Antero da Silva

João Dias de Andrade
 Leonel José da Silva
 João José Pavão Júnior
 Amélia Carreiro Pavão
 Francisco Augusto Pereira
 Joaquim Simões da Rocha
 Guilherme Guimarães
 Lúcio de Oliveira Duarte
 Albino Pereira Gomes
 Fernando Moraes Ribeiro da
 Fonseca
 Alfredo Costa
 Joaquim Pinon Teixeira
 José dos Santos Freire
 Lino Francisco Paredes
 Bento de Queiroz
 Eduardo Hipólito Cardoso
 Nair Cavalcanti Cardoso
 Antonino Maria dos Reis
 Pereira
 Eduardo Antônio Jerônimo
 Manuel Palmeira dos Santos
 Maia
 Artur S. Maia
 Alfredo de Farias Barros
 Antônio Lopes
 Joaquim Germano dos Santos
 Maia
 Antônio Antunes Teles
 Manuel Brandão Sousa Mene
 zes de Mearcos
 Manuel Gonçalves Beltrão
 Benedito Augusto Reinão
 Delfina Marcelina Marques de
 Freitas
 Joaquim Pereira Gomes
 Vitorino Pereira Pinto
 Antônio Vieira
 José Cardoso
 Antônio de Oliveira Gomes
 Antônio Gomes dos Santos
 Antônio Ferreira Pinto
 João da Silva
 Mário Martins Gomes
 Eudécio Pereira Martin
 Eduardo Carvalho de Azevedo
 Jerônimo dos Santos Moura
 Ventura Gregório da Silva
 Antônio Dias Moreira
 Delirino S. Soares da Silva
 Manuel Martins
 Vicente Martins
 José Martins
 Joaquim Rodrigues de Azevedo
 Noêmia Macêdo Costa
 Alfredo Maria Carvalho de A
 zevedo
 José Lopes Ferreira
 Alexandrino José Ferreira
 Belarmino Cascão
 Manuel Jerônimo
 Alfredo dos Santos Lomba

Daniel Ferreira da Silva
 Abel Gonçalves Beltrão
 Eugênio da Silva Rêgo
 Domingos Martins Almeida
 Alberto Alves Lourenço
 Carlos da Costa Macêdo
 Assunção Macêdo da Costa
 Camilo José da Costa
 Júlio Lopes
 Maria Augusta Lopes
 João Ferreira de Mendonça
 Joaquim José da Silva
 José Joaquim Ferreira Filho
 João Pereira da Costa
 Júlio de Almeida
 José Nogueira
 Cipriano S. Almeida
 Manuel Leite de Bastos
 Joaquina Magalhães Bastos
 Justino Moreira Maia
 Maria dos Anjos Magalhães
 Américo de Bastos Melo
 Joaquim Marques Gonçalves
 José Atêmio Lopes
 José Domingos Lopes Mendes
 Joaquim Vicente da Silva
 José Maria Alves Moreira
 Elias da Silva Maia Moreira
 Djanira de Oliveira Ferreira
 Joaquim Gouveia Ferreira
 Carlos Fernandes de Azevedo
 Manuel Moreira
 Rodrigo Moreira Rato
 Francisco Dias Ferreira
 Serafim Coelho
 Joaquim Augusto de Almeida
 José Antônio Fernandes
 João Soares Pacheco
 Antero Vieira da Silva
 Aurélio Nuno dos Santos Maia
 Maria Celeste dos Santos Maia
 Maria Celina dos Santos Maia
 Ramos
 Lúcio da Costa Ramos
 Amélia dos Santos Neves Maia
 Constantino D. de Sobos Maia
 Hilda Pereira Ribeiro
 Antônio Ferreira Granadeiro
 Abílio Coelho Leal
 Agostinho José de Pinho
 Alvaro Siqueira
 José Soares de Figueiredo
 Benjamin Rodrigues da Costa
 Joaquim Lopes Amorim
 Alfredo da Conceição Pires
 Albino da Silva Lopes
 Alfredo Gomes
 Alípio de Almeida Figueiredo
 José Nogueira da Costa
 João Gomes
 Alberto Cerino de Oliveira
 João Fernandes Dourado
 Antônio Ferreira de Sousa
 Antônio Tavares de Oliveira
 Manuel Rodrigues
 Antônio Figueiredo de Sá
 Augusto José da Silva
 Francisco de Sousa Júnior
 João Fernandes Bravo
 José Maria Durão
 Albano Napoleão de Sousa Al
 ves
 Jaime Simões

NORDESTE Institue Um Grande Concurso De Romance

fluência de qualquer outra preocupação a não ser a da cultura, encontrassem eles estímulo pela comunicação de seus trabalhos; de outro, a necessidade de divulgar, um pouco, fora de nossas fronteiras administrativas, o esforço intelectual que em Pernambuco se processa — eis aí as duas circunstâncias que deram insuperado relevo ao nosso empreendimento.

Confessamos que eram mais modestos os nossos intuitos. E à adaptação, que se fez imperiosa e urgente, da revista ao ambiente que em torno dela assim se criou, devemos alguma alteração do nosso programa primitivo.

No entanto e para atender desde logo ao caráter amplamente regional que se deduz do seu próprio título e aos seus motivos de incremento literário, NORDESTE resolve lançar imediatamente as bases de um concurso de romances e novelas.

Pensamos, contudo, naqueles escritores que lutam com dificuldades de publicação de seus escritos, em nossos Estados nordestinos onde não exis-

tem empresas editoriais do vulto que o nosso desenvolvimento geral exigiria. Não de ser eles, no entanto, os continuadores de uma das tradições mais vivas da cultura brasileira: a que se reflete não somente na reconstrução ou na interpretação das originalidades da nossa existência dentro de seu áspero quadro geográfico, senão também na vitalidade que o ânimo criador dos ficcionistas dos ensaístas e dos poetas nascidos de Alagoas ao Maranhão, introduziu como um confluente riquíssimo na literatura brasileira. Muitos conseguiram firmar os seus nomes nas letras pátrias; outros, porém, os que apenas começam, lutam com obstáculos frequentemente desesperadores. Para ajudar a estes últimos, instituímos certas restrições em nosso concurso. E convém não esquecer, ao lado disso, as barreiras que nosso próprio caminho de publicação exclusivamente literária e em começo de vida, se levantam.

Será o nosso, por isso, o concurso de uma revista nova para escritores novos. Não terá grandes

prêmios; será, porém, um gesto de companheirismo, ou sem classificação de ordem uma ajuda cordial que esperamos venha a fecundar algum início de carreira gloriosa.

AS BASES

— O concurso NORDESTE estará aberto até o fim do ano, encerrando-se no dia 31 de dezembro de 1947 o prazo para recepção dos originais na redação da revista.

— Serão aceitos romances ou novelas, inéditos e cujo texto deverá constar de pelo menos, duzentas páginas datilografadas em espaço duplo, em papel de tamanho almanão.

— Os concorrentes serão escritores nascidos ou residentes na região compreendida entre os Estados do Maranhão e de Alagoas, região que será também o centro do livro.

— Serão excluídos escritores que tenham mais de dois livros publicados.

— Os trabalhos dos candidatos serão entregues em quatro cópias; assinados com pseudônimo. O nome do autor virá em sobrecarta fechada em cuja frente

Falam os Editores

(Continuação da pág. 10)

da a escassíssima bibliografia em língua vernácula; b) realizar um estudo experimental sobre o grau de interesse demonstrado pela criança, no jogo livre e no jogo organizado; c) o natureza que fala, por suas milhares de vozes, ao coração a orientar a organização e a direção dos jogos infantis no sentido de contribuir para a educação do senso social, selecionando-se e compondo-se jogos cuja execução dependa, em grande parte, do espírito de cooperação entre jogadores.

A obra trás ainda, em apêndice, numerosos esquemas explicativos e preciosas indicações bibliográficas que poderão abrir para os interessados novas e mais profundas sendas no terreno ludo-educacional, para maior e mais duradouro proveito das crianças brasileiras.

(Aba do livro "200 Jogos Infantis" — Nicenor Miranda — Edição da Livraria do Globo — Porto Alegre, 1947).



se terá escrito o pseudônimo e que só será aberta para identificação dos premiados.

— O julgamento será atribuído por um júri composto de três escritores, preferentemente do sul do país, cujos nomes serão divulgados com o resultado final.

— O critério fundamental do julgamento será a capacidade de criação artística e de expressão literária.

— Poderão ser conferidos até três prêmios, em

Meditação nas Ruínas de Santa Fé

(Continuação da pág. 20)

gacero está desaparecendo, os crimes estão escasseando lentamente, mas, continua a descrença do povo, não propriamente em Deus que é poderoso, mas nos homens, seus próprios irmãos e nas Instituições. Muitos costumes persistem, a mesma mentalidade continua, o mesmo abandono e os mesmos sofrimentos vivem a lhes tirar a esperança.

A lembrança do Missionário está viva naquela casa, está viva no seu túmulo, nos corredores escuros e molhados da Caridade. A presença de Ibiapina toma conta do visitante e se recende a cada passo na voz de suas velhinhas protegidas, no recato das beatas e nos olhos sertanejos e tímidos daquelas jovens órfãs extraviadas e sem destino.

Santa Fé é um espectro em meio à canícula do meio dia. Santa Fé é uma lição permanente aos novos tempos da Igreja Católica. Santa Fé é a glória do padre Ibiapina, um Apóstolo do Nordeste, na expressão do escritor paraibano César Mariz, o seu grande biógrafo.



ordem numérica, a juízo da comissão.

— Verificando-se que o candidato ao ser identificado, não preenche as condições constantes deste regulamento, ficará insubstituente o prêmio conferido.

— O prêmio constará da edição pela revista NORDESTE dos livros classificados, cabendo aos autores o saldo das edições.

ARMAZEM DE FAZENDAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

CASA MATRIZ: RECIFE. — Tel.: "Açores" — Inscrição n.º 909 — Cx. Postal, 136

Rua do Livramento, 28/48 — Telefons: 6386-7001 — Recife — Pernambuco

Alves de Brito Companhia Tecidos S. A.

ARMAZEM CAXIAS — Rua Duque de Caxias, 256 — Vendas a varejo

Telefone: 6779 — Inscrição n.º 1938

FILIAIS:

NATAL — Rua Chile, 171 — Telefone: 271 — Cx. Postal, 42 — Inscrição n.º 111

CAMPINA GRANDE — R. Pres. João Pessoa, 128 — Telefone: 170 — Inscrição n.º 54

SOCIEDADE DE EXPANSÃO COMÉRCIAL DE PERNAMBUCO LTDA.

CONTA PRÓPRIA — REP. — IMP. E EXPORTAÇÃO

Telegrama: SEPA — Caixa Postal, 23 — Telefone: 9374-9554

Distribuidores exclusivos dos produtos da CIA SIDERÚRGICA
BELGO-MINEIRA

Cataventos Wincharges, Material Elétrico,
Motores ARMSTRONG e STUART a óleo
e gasolina, Geradores



Cerâmica São Caetano, Tintas e Vernizes
GIL, Chapas e Telas perfuradas, Cimento
Poty, Produtos Norge, Laboratórios
Sharp Dohme e Heclan



Av. Marquês de Olinda, 214
RECIFE — PERNAMBUCO

Grandes Moinhos do Brasil S. A. "Moinho Recife"

Farinha de Trigo e Rações
Balanceadas para Animais

FONOS: 9015-9017

RECIFE

PERNAMBUCO

Meditação Nas Ruínas De Santa Fé



Texto e fotografias de J. IRINEU CABRAL



Jovem órfã sertaneja, último rebento da Caridade

Meio dia em ponto quando chegamos a Santa Fé, "a menina dos olhos" do padre Ibiapina, o grande Apóstolo do Nordeste Brasileiro. Não sabíamos se parar. Mas uma sombra amiga nos forçou a decidir e não há caminhar naquelas paragens da caatinga paraibana que ao meio dia em ponto não queira o abrigo de uma árvore amiga. E sem outros propósitos relançamos a vista procurando identificar dois casarões no fundo da estrada. O aspecto geral nos levava a crer que ninguém habitasse aqueles velhos casarões com traços de um engenho bangüê. Mas, aquele cruzado à frente, aquela pequena capela ao lado, aqueles traços artísticos da murada? Não tínhamos certeza, mas tudo estava indicando que aquelas ruínas, pelo seu aspecto sombrio e respeitoso, representava uma história. E então fomos vê-las mais de perto...



Aqui repousam os restos mortais do Padre-Mestre — Na calçada, Irmã Maria Ibiapina, que foi secretária do Apóstolo

E foi em Santa Fé, minúsculo povoado da Parahyba que nasceu esta reportagem. Não iríamos por certo revelar novos segredos, nem tampouco iríamos fazer sensação em torno de um acontecimento muito conhecido no Nordeste, que foi a vida gloriosa do padre Ibiapina. Mas, a impressão que nos causou todo aquele monumento em ruínas e a lembrança do Apóstolo presente em cada recanto, forçava o jornalista a uma profunda meditação.

Em Santa Fé reina abandono e saudade. Desde que Ibiapina desaparecera que a Caridade começou em decadência e com ela vinte e duas outras espalhadas pelos Estados de Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte, Piauí e Ceará.

Abriu-nos o portão uma velhinha toda de preto e que o peso dos anos já lhe dobrava o corpo em forma de bengala. E sem nenhuma pergunta, além do nosso amável boa tarde, a velhinha foi nos convidando a ver a obra do seu Pai, o Padre Mestre, que era seu "padrinho e protetor".

E aos poucos nos vamos impregnando do passado, menos pelas informações da velhinha que quase não podia falar, mais pelo retrato de tudo que estava presente através das ruínas de Santa Fé. E vendo tantos livros comidos pelo cupim, estávamos vendo o Apóstolo em peregrinação pelo sertão a dentro, levando a palavra de Deus e o seu vasto programa de ação social. E num instante, lá estava o missionário lutando contra a péssima educação do povo, pacificando as famílias, imprimindo novas e bons costumes, combatendo o crime e a imoralidade, levantando cemitérios e hospitais, construindo Caridades e escolas, casando e batizando, dando conselhos e lições para que a vida do sertanejo fosse mais digna e mais atenuada.

Ibiapina que na vida fora tudo, desde advogado no Recife, professor no Seminário, chefe de polícia e juiz de direito em Quixeramobim, parlamentar pela sua terra, tudo porque um homem pode atravessar, momentaneamente para a nova vida de sacerdotado com a convicção dos fortes e a resignação dos predestinados...

Porisso mesmo, traçara o seu programa e nenhum obstáculo o detivera naquela marcha em favor dos fracos e desafortunados.

Ibiapina começava, então uma doutrina de ação social que para ele seria o dever da Igreja Católica que representava. Os padres não deveriam ficar

nos sacramentos e nas missas. Deviam ir mais longe, atuando diretamente junto ao drama espiritual e, sobretudo, econômico do sertanejo. A Igreja como que antecipava a ação que já hoje se esboça no clero brasileiro. Ação efetiva e moralizadora dos costumes. Ação necessária e capaz para atenuar os sofrimentos e dificuldades do povo. Talvez mesmo estivesse Ibiapina cumprindo, na medida de suas forças e possibilidades, as linhas mestras do programa de Leão XIII. E a sua palavra foi vibrante e enérgica no combate à decadência da terra nordestina, do povo e dos seus costumes.

Nas províncias do Nordeste, uma nova mentalidade se ia criando sobre o Catolicismo e as massas hipnotizadas pelo espírito realizador e prático de Ibiapina acompanhavam agradecidas e felizes os seus passos de Apóstolo. E quantas vezes não levantava uma casa de Caridade em poucos dias, um hospital ou uma escola ajudado com o trabalho coletivo da população de cada município? O povo tinha-o no coração e com ele marchava para a felicidade. Em cada cidade onde o Missionário passasse a fé ficava acesa e o ânimo se renovava para novos embates contra a ingratitude do tempo. Nem poderiam ser menores as consequências daquele apostolado que já contava decisivamente com a força de suas convicções e o destino que lhe estava reservado.

A velhinha de preto com os seus oitenta anos era Maria Ibiapina, a diretora de Santa Fé e última secretária do Padre Mestre. Ela escrevera as suas últimas cartas. Ela transmitira os seus últimos recados. E toda vez que falava no seu Pai, a emoção de novo, lhe tomava o corpo e as lágrimas caíam dos seus olhos eneguidos. Santa Fé havia sido escolhida por Ibiapina para os seus últimos dias e lá, ele dedicava toda a sua atenção. As suas ordens partiram de lá e a sua orientação para as outras Caridades foram dali transmitidas. Nada que pudesse documentar a vida do missionário por nós encontrado. O ambiente de Santa Fé é de abandono e de tristeza. Alguns livros de Ibiapina estavam comidos pela traça e pelo cupim. Os arquivos, as suas cartas, os seus documentos, tinham sido levados para os Institutos Arqueológicos. Apenas, os seus paramentos oficiais para celebrar missa. A sua presença estava naqueles últimos moradores da Caridade.

Mais para dentro, numa ampla sala onde tudo cheirava a mófo, duas beatas estavam sentadas num forte banco de ma-



Esta irmã é o braço-direito da diretora nos seus dias de infortúnio

deira, fazendo flores de papel. Mais tarde, viemos saber que Santa Fé estava vivendo de flores artísticas e pequenas capelas, além de míticas emolas de algum coração caridoso. E a irmã Maria Ibiapina numa voz fraca e em frases incompletas contava os últimos dias do seu Pai. Aquela era o destino da obra realizada por Ibiapina. Ruínas, decadência e miséria. Santa Fé estava se consumindo ao sabor do tempo e do abandono. Aquelas últimas criações, algumas velhas irmãs que tomaram hábito e ingressaram no movimento social do Apóstolo, outras beatas que se socorreram da Caridade para o recolhimento e para oração. E finalmente, poucas meninas, jovens sertanejas, órfãs e soltas que sofriam a visita do desprezo. Ali estavam os últimos remítidos da obra de Ibiapina aguardando resignadamente a palavra de Deus...

Nossas impressões não poderiam ir mais longe, além do reconhecimento pela obra religiosa, educativa e social do Padre Mestre. Um ligeiro relance pelo passado abarcava todos os episódios de sua vida e da sua missão. Não importava o detalhe porque a sua história é toda pontilhada de sofrimentos e vitórias. Não importava mais nada, além da nossa tristeza, porque daquelas ruínas, certamente, não se levantaria outro grito de renovação e ressurgimento em favor dos sertanejos pobres e desamparados. Para a sua época, Ibiapina constitui sem dúvida, um marco na história social do Catolicismo. Sua figura sai daquele templo para se agigantar nos dias de hoje, quando a miséria social do povo vai se agravando com a decadência dos costumes. E naqueles instantes de observação, naquela visita inesperada, momentos intensos de meditação nos forçava a confrontar os velhos tempos do sertão com os nossos dias de hoje ainda costurados. O can-

(Continua na pág. 9)



Santa Fé, a última morada de Ibiapina